

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
ÁREA DO CONHECIMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

DAIANE MARIN

**A DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EM EMPRESAS DO NOVO
MERCADO: UMA ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA AOS AGENTES
ECONÔMICOS**

CAXIAS DO SUL

2017

DAIANE MARIN

**A DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EM EMPRESAS DO NOVO
MERCADO: UMA ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA AOS AGENTES
ECONÔMICOS**

Monografia apresentada como requisito
para a obtenção do Grau de Bacharel em
Ciências Contábeis da Universidade de
Caxias do Sul

Orientador TCC I: Prof. Dr. Alex Eckert
Orientador TCC II: Prof. Ms. Evandro
Carlos Stumpf

CAXIAS DO SUL

2017

DAIANE MARIN

**A DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EM EMPRESAS DO NOVO
MERCADO: UMA ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA AOS AGENTES
ECONÔMICOS**

Monografia apresentada como requisito
para a obtenção do Grau de Bacharel em
Ciências Contábeis da Universidade de
Caxias do Sul

Orientador TCC I: Prof. Dr. Alex Eckert
Orientador TCC II: Prof. Ms. Evandro
Carlos Stumpf

Aprovada em: 27/06/2017

Banca Examinadora:

Presidente

Prof. Ms. Evandro Carlos Stumpf
Universidade de Caxias do Sul - UCS

Examinadores:

Prof.^a Ma. Luciani da Silva Muniz
Universidade de Caxias do Sul - UCS

Prof. Esp. Nilton de Marchi
Universidade de Caxias do Sul - UCS

Dedico este trabalho aos meus pais que sempre estiveram ao meu lado me incentivando e dando todo o apoio necessário para que eu pudesse desenvolver esta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todas as pessoas que colaboraram para a realização deste trabalho, especialmente aos meus professores orientadores, Prof. Dr. Alex Eckert e Prof. Ms. Evandro Carlos Stumpf, pela competência e dedicação com que realizaram seu trabalho, sempre me auxiliando ao longo da pesquisa, solucionando as dúvidas e sugerindo melhorias. Expresso um agradecimento especial aos meus pais, amigos e familiares que sempre me apoiaram, acreditaram em mim e deram todo o suporte necessário para que eu conseguisse atingir meus objetivos, e concluísse esta pesquisa.

“Enquanto você sonha, você está fazendo o rascunho do seu futuro.”

Charles Chaplin

RESUMO

Diante de um cenário cada vez mais competitivo, as empresas estão buscando se diferenciar no mercado através da publicação de informações e demonstrações geradas pela contabilidade que evidenciem a situação econômica e social da companhia. Para isso, é elaborada a Demonstração do Valor Adicionado - DVA que mostra a geração e a distribuição da riqueza entre empregados, governo, financiadores e acionistas. Dessa forma, a presente pesquisa tem por objetivo analisar como se comporta a evolução da distribuição do valor adicionado aos agentes econômicos nos diferentes setores da economia nos anos de 2013, 2014 e, principalmente, 2015. Para isso, desenvolve-se uma pesquisa documental, descritiva com abordagem qualitativa e quantitativa. A amostra compreende 45 empresas listadas no Novo Mercado da BM&FBOVESPA, representando dez setores da economia. Com esta pesquisa, verifica-se, numa análise consolidada, que o item que mais recebeu valor nos anos de 2013 e 2014 foi o de "Pessoal" e em 2015, foi o de "Remuneração de capitais de terceiros". Numa análise setorial não se observa um padrão na distribuição de valor pelos mesmos, no entanto, percebe-se que alguns setores priorizaram remunerar determinado agente nos três anos pesquisados. Em relação à distribuição do valor adicionado no ano de 2015, nota-se que, dos dez setores estudados, quatro destinaram mais valor para os seus empregados, dois para o governo e outros quatro para os financiadores externos.

Palavras-chave: Contabilidade. Demonstração do Valor Adicionado. Distribuição da riqueza. Agentes econômicos. Novo Mercado.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Segmentos do mercado de capitais brasileiro.....	41
Figura 2 – Gráfico da geração média de valor adicionado por setor em 2015 (R\$ Mil)	49
Figura 3 – Gráfico da geração média de valor adicionado por setor em 2015 (%)....	49

LISTAS DE QUADROS

Quadro 1 - Ponderações na elaboração da DVA	30
Quadro 2 - Modelo I - Demonstração do Valor Adicionado – Empresas em Geral ...	32
Quadro 3 - Estudos recentes sobre a DVA	34
Quadro 4 - Descrição dos setores e empresas selecionadas	43

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Média da geração do valor adicionado por setor nos anos de 2013, 2014 e 2015	45
Tabela 2 – Média de distribuição percentual do valor adicionado por setor nos anos de 2013, 2014 e 2015	46
Tabela 3 – Média de distribuição percentual do valor adicionado por setor no ano de 2015	50

LISTA DE SIGLAS

ADCE –	Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas
BOVESPA –	Bolsa de Valores de São Paulo
BP –	Balanço Patrimonial
CCR –	Companhia de Concessões Rodoviárias
CFC –	Conselho Federal de Contabilidade
CIDE –	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
COFINS –	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPC –	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CSLL –	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
CVM –	Comissão de Valores Mobiliários
DFC –	Demonstração do Fluxo de Caixa
DLPA –	Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados
DRE –	Demonstração do Resultado do Exercício
DVA –	Demonstração do Valor Adicionado
FGTS –	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FHC –	Fernando Henrique Cardoso
GRI –	<i>Global Reporting Initiative</i>
IASB –	<i>International Accounting Standards</i>
IBASE –	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBOVESPA –	Índice da Bolsa de Valores de São Paulo
ICMS –	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IPI –	Imposto sobre Produtos Industrializados
IPTU –	Imposto Predial e Territorial Urbano
IPVA –	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
IRPJ –	Imposto de Renda - Pessoa Jurídica
ISSQN –	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza
JCP –	Juros sobre Capital Próprio
NBC T –	Norma Brasileira de Contabilidade Técnica
NBC TG –	Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral
ONU –	Organização das Nações Unidas
PIB –	Produto Interno Bruto
PIS –	Programa de Integração Social

RAIS –	Relatório Anual de Informações Sociais
S.A. –	Sociedade Anônima
SUSEP –	Superintendência de Seguros Privados
UCS –	Universidade de Caxias do Sul
US-GAAP –	<i>United States Generally Accepted Accounting Principles</i>

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO	14
1.2	TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA	15
1.3	HIPÓTESES OU PROPOSIÇÕES	18
1.4	OBJETIVOS	18
1.4.1	Objetivo geral	18
1.4.2	Objetivos específicos	19
1.5	ESTRUTURA DO ESTUDO	19
2	REFERENCIAL TEÓRICO	21
2.1	CONTABILIDADE.....	21
2.1.1	Demonstrações Contábeis	21
2.2	RESPONSABILIDADE SOCIAL	22
2.3	BALANÇO SOCIAL	23
2.3.1	Histórico.....	23
2.3.2	Conceito e aplicações	24
2.3.3	Modelos.....	25
2.4	VALOR ADICIONADO.....	26
2.5	DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	27
2.5.1	Histórico.....	27
2.5.2	Legislação.....	28
2.5.3	Conceito e importância.....	29
2.5.4	Elaboração.....	30
2.5.5	Estrutura e modelo	31
2.6	PESQUISAS RECENTES REALIZADAS SOBRE O TEMA.....	34
3	METODOLOGIA	38
3.1	DELINEAMENTO DA PESQUISA	38
3.2	PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS.....	39
4	REALIZAÇÃO DA PESQUISA	40
4.1	NOVO MERCADO.....	40

4.1.1	Segmentos diferenciados de governança corporativa	40
4.1.2	Conceitos e características do Novo Mercado	41
4.2	COMPANHIAS SELECIONADAS POR SETOR DE ATUAÇÃO	43
4.3	APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	45
4.3.1	Análise comparativa da geração e da distribuição do valor adicionado nos anos de 2013, 2014 e 2015	45
4.3.2	Análise aprofundada do valor adicionado gerado pelos setores em 2015	48
4.3.3	Análise aprofundada da distribuição do valor adicionado por setor em 2015	50
5	CONCLUSÃO	54
	REFERÊNCIAS.....	58
	APÊNDICE A – GRÁFICOS DA DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO POR SETOR NOS ANOS DE 2013, 2014 E 2015.....	66
	ANEXO A – MODELO II - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO – INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS BANCÁRIAS.....	68
	ANEXO B – MODELO III - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO – SEGURADORAS (MODELO SUGERIDO PELA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP).....	69
	ANEXO C – COMPARATIVO DOS SEGMENTOS DE LISTAGEM	71

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO

Diante de um cenário cada vez mais competitivo e a crescente preocupação com os aspectos sociais e ambientais, as empresas estão buscando se diferenciar no mercado através da publicação de informações que demonstrem, além da situação econômica da empresa, a sua preocupação com o ambiente no qual ela está inserida.

Segundo Cardoso et al. (2015), as entidades, ao considerarem os aspectos sociais, ambientais e econômicos, acabam gerando vantagem competitiva frente a seus concorrentes, pois os consumidores estão procurando cada vez mais por serviços, produtos e práticas conscientes e sustentáveis.

Um exemplo disso é a empresa Natura S.A. que, de acordo com o presidente do conselho deliberativo do Instituto Ethos, prova que a Responsabilidade Social Empresarial é uma oportunidade para as empresas, e não é um ônus. Assim, ao incorporá-la à gestão, a empresa aumenta a sua competitividade e gera benefícios para seus acionistas, empregados, clientes e para toda a sociedade (HERZOG, 2008).

Desse modo, as informações geradas pela contabilidade vêm ganhando cada vez mais importância dentro e fora das empresas, pois é através dos relatórios e demonstrações contábeis que os usuários internos e externos percebem como as empresas lidam com as questões econômicas, sociais e ambientais, conseguindo, assim, informações fidedignas para a tomada de decisões com mais segurança.

Dentre essas demonstrações contábeis, pode-se destacar a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), cuja publicação tornou-se obrigatória para empresas de capital aberto a partir da Lei nº 11.638 de 2007. A partir de então, esse demonstrativo tem ganhado cada vez mais importância, pois ele mostra não só o aspecto econômico e financeiro da empresa, mas também o aspecto social, evidenciando como a empresa se relaciona com o local onde se insere.

Logo, a DVA tem um papel social importante, pois ela evidencia quanto a entidade gerou de riqueza por meio de suas operações ao longo do exercício e também como esse valor foi distribuído entre os *stakeholders*. Assim, é possível

analisar se a empresa tende a distribuir mais para o governo, para os acionistas, para empregados ou para terceiros, por exemplo.

Diante do exposto, esse estudo se justifica, sob o ponto de vista profissional, pela importância de a sociedade conhecer o quanto as empresas e os setores da economia brasileira geram de riqueza para o país e como é feita a distribuição da mesma entre os agentes econômicos, identificando quais são os seus principais beneficiários.

Com isso, todos os *stakeholders* interessados podem se beneficiar das informações dessa pesquisa, por exemplo: os acionistas poderão verificar quais setores lhes dão maior retorno e, portanto, devem ter prioridade para seus investimentos, o governo será capaz de analisar o quanto as empresas retornam em impostos, taxas e contribuições, a sociedade poderá perceber quais setores dão prioridade para seus empregados na distribuição da riqueza e quais acabam distribuindo mais para seus financiadores externos.

Para fins acadêmicos, esse estudo também é relevante, pois ficará disponível aos interessados no assunto, podendo servir como base de consulta para profissionais, estudantes e pesquisadores da área de ciências sociais. Isto porque, eles poderão utilizar os resultados obtidos, por exemplo, para o estudo do comportamento dos setores ao longo dos anos, a fim de observar se houve mudanças na forma de distribuição da riqueza ou se ela manteve-se semelhante ao longo do tempo.

1.2 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA

Conforme explicam Ludícibus et al. (2010), a contabilidade é uma ciência social aplicada que tem por objetivo registrar, resumir e interpretar os fenômenos que afetam as situações patrimoniais, financeiras e econômicas de qualquer ente, seja este pessoa física ou jurídica. Assim, percebe-se que o foco da contabilidade está em fornecer informações para seus usuários de forma a ajudá-los na tomada de decisão.

De acordo com Frezatti, Aguiar e Guerreiro (2007), a contabilidade pode ser estudada sob dois aspectos: o aspecto gerencial, onde as informações geradas são úteis para a tomada de decisão interna, ou sob o aspecto financeiro, cujo foco são os usuários externos da entidade. Essa separação nos dois grupos ocorre porque os

usuários são diferentes e apresentam distintas necessidades, perspectivas e expectativas de utilização das informações contábeis. Ambos os grupos pretendem utilizar a contabilidade como fonte básica no processo de tomada de decisão, mas, não necessariamente, da mesma forma.

Assim, a contabilidade financeira busca gerar as informações para os usuários externos. Essas informações chegam aos referidos usuários por meio dos relatórios financeiros, os quais são gerados a partir da escrituração contábil das operações que ocorrem na empresa em determinado período.

Segundo Ludícibus et al. (2010), a rotina contábil, que se constitui pelo trabalho de acumulação de registros e dados sistematicamente classificados, tem por objetivo inserir os dados colhidos em relatórios contábeis, os quais devem ainda ser interpretados por profissional habilitado, para proporcionar à administração e aos demais interessados, informações relevantes para auxiliar nas tomadas de decisões.

Corroborando com essa ideia, Marion (2009) explica que os relatórios contábeis são a apresentação dos dados coletados pela contabilidade de forma resumida e ordenada aos seus interessados. Os relatórios cuja apresentação é obrigatória por lei são conhecidos como demonstrações financeiras, ou demonstrações contábeis. Entre as principais destacam-se: o Balanço Patrimonial (BP), a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), a Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados (DLPA), a Demonstração do Fluxos de Caixa (DFC) e a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), sendo esta última o foco deste estudo. Além disso, há também as Notas Explicativas, que complementam as referidas demonstrações, sendo parte integrante das mesmas.

A Demonstração do Valor Adicionado é parte integrante do Balanço Social e tornou-se obrigatória para as empresas brasileiras de capital aberto a partir da Lei nº 11.638/07. Consonante a isso, o Conselho Federal de Contabilidade – CFC (2008) explica, por meio da Resolução CFC 1.138/08, alterada pela Resolução CFC nº 1.162/09, que a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é um dos elementos que compõem o Balanço Social e busca mostrar a riqueza criada pela entidade e como se deu a sua distribuição, ao longo de um período.

De acordo com a referida Resolução do CFC (2008), o estudo da DVA pode ser dividido em duas etapas: a primeira parte da demonstração mostra de forma detalhada como a riqueza foi criada pela entidade, já a segunda parte evidencia como foi feita a distribuição dessa riqueza obtida. No presente trabalho, será dada

atenção especial à segunda parte da demonstração, sendo estudada a forma como as empresas distribuem o valor adicionado gerado nas suas operações.

As empresas selecionadas para este estudo serão as listadas na BM&FBOVESPA que se enquadram no segmento do Novo Mercado, o qual se caracteriza pelo alto padrão de transparência e de governança corporativa. As empresas listadas nesse segmento especial adotam voluntariamente um conjunto de regras societárias que ampliam os direitos dos acionistas, têm uma política de divulgação de informações mais transparente e abrangente, devem disponibilizar relatórios financeiros anuais em um padrão internacionalmente aceito e podem emitir apenas ações ordinárias (BM&FBOVESPA, 2016).

Assim, ao longo do curso de ciências contábeis pôde-se perceber a importância que as demonstrações contábeis têm para os usuários da contabilidade, sejam eles internos ou externos. Dentre essas demonstrações resolveu-se destacar a Demonstração do Valor Adicionado, pois acredita-se que essa seja uma das mais interessantes presentes nos demonstrativos contábeis.

Isso ocorre porque, como dito anteriormente, ela evidencia como foi gerada a riqueza da empresa e a forma como ela foi distribuída entre os agentes econômicos. Diante disso, indagou-se como os setores da economia distribuem a riqueza gerada nas suas operações. Para sanar essa curiosidade, julgou-se interessante realizar um estudo que fizesse essa comparação setorial a fim de analisar como ocorre essa distribuição de valor no mercado brasileiro.

Outro ponto que motiva esse estudo é o fato de a Demonstração do Valor Adicionado não evidenciar somente os aspectos econômicos da empresa, mas também os aspectos sociais, visto que, a partir dela, pode-se ver para onde a empresa destina a maior parte do seu valor agregado e quais os *stakeholders* que mais se beneficiam com isso.

Dessa forma, conforme a delimitação do tema escolhido para este estudo, a questão de pesquisa proposta é: considerando os quatro agentes econômicos destinatários das riquezas (empregados, governo, financiadores e acionistas), como se comporta a evolução da distribuição do valor adicionado aos mesmos nos diferentes setores da economia nos anos de 2013, 2014 e, principalmente, 2015?

Levando em consideração a questão de pesquisa proposta, para realizar este estudo serão analisadas as Demonstrações do Valor Adicionado das empresas listadas na BM&FBOVESPA que se enquadram no segmento do Novo Mercado.

1.3 HIPÓTESES OU PROPOSIÇÕES

É possível que exista um padrão na distribuição do valor adicionado gerado, visto que os setores da economia distribuem sua riqueza de forma semelhante entre os agentes econômicos.

Entretanto, pode ser que essa padronização na distribuição não aconteça, pois alguns setores podem dar prioridade para determinado agente em detrimento dos outros na hora de dividir sua riqueza, de acordo com seus interesses.

Além disso, é possível que o setor financeiro distribua mais valor a empregados e acionistas e menos a terceiros, uma vez que nesse setor estão incluídas as Instituições Financeiras Bancárias, as quais não apresentam na Distribuição do Valor Adicionado o item “Juros”, de acordo com o modelo de DVA proposto pela NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Já a área da saúde e da tecnologia da informação podem destinar mais recursos para seus empregados, pois demandam uma mão-de-obra mais especializada para realizar seus serviços. Por outro lado, o setor de utilidade pública pode distribuir mais riqueza para o governo, pois os serviços que presta são de necessidade básica para a população.

Pode-se supor ainda que o total do valor adicionado gerado pelos setores tenha reduzido ao longo dos três anos pesquisados devido à crise que se instalou na economia brasileira, a qual pode ter levado muitas empresas a apresentarem prejuízo, o que diminuiria também a destinação de valor aos capitais próprios.

Ademais, é possível que os setores tenham destinado a maior parte da sua riqueza à remuneração de capitais de terceiros em 2015. Isso porque eles perceberam seus níveis de atividade e lucratividade diminuírem devido à crise que se instaurou no mercado e, em consequência disso, tiveram de recorrer a empréstimos em instituições financeiras como forma de sanar essas dificuldades.

1.4 OBJETIVOS

1.4.1 Objetivo geral

Considerando os quatro agentes econômicos destinatários das riquezas (empregados, governo, financiadores e acionistas), analisar como se comporta a

evolução da distribuição do valor adicionado aos mesmos nos diferentes setores da economia nos anos de 2013, 2014 e, principalmente, 2015, utilizando para isso os dados extraídos das Demonstrações do Valor Adicionado das empresas listadas no Novo Mercado da BM&FBOVESPA.

1.4.2 Objetivos específicos

- Realizar o levantamento bibliográfico referente ao tema em questão;
- Efetuar uma pesquisa sobre estudos anteriores;
- Caracterizar o Novo Mercado;
- Selecionar uma amostra de 5 empresas pertencentes a cada setor econômico, listadas no Novo Mercado, utilizando como critério de escolha as 5 companhias com maior faturamento no ano de 2015;
- Agrupar as empresas escolhidas de acordo com seu setor de atuação;
- Pesquisar as DVAs dessas empresas referentes aos três exercícios em estudo;
- Realizar os cálculos matemáticos e estatísticos cabíveis a cada ano, tendo como base o último item da DVA, denominado “Distribuição do valor adicionado”;
- Analisar os resultados obtidos, comparando como os diferentes setores da economia brasileira distribuíram a riqueza gerada ao longo do período.

1.5 ESTRUTURA DO ESTUDO

No primeiro capítulo, será apresentada a contextualização do estudo, o tema e a questão de pesquisa propostos, bem como as proposições e os objetivos.

Em seguida, no segundo capítulo, estarão evidenciados diversos aspectos teóricos que visam contextualizar o tema em estudo, apresentando conceitos e definições importantes para a compreensão e elaboração desta pesquisa.

No terceiro capítulo, abordar-se-á a metodologia escolhida e os procedimentos utilizados para realizar a coleta e a análise dos dados selecionados.

Já no quarto capítulo, será apresentada a realização da pesquisa, onde se discorrerá sobre o Novo Mercado e seus setores, dos quais fazem parte as empresas escolhidas para este estudo. Nesse capítulo, evidenciar-se-á por meio de gráficos e tabelas, o quanto de valor adicionado foi gerado, em média, por cada um

dos dez setores econômicos, bem como a forma como cada um deles distribuiu essa riqueza entre os *stakeholders* nos exercícios de 2013, 2014 e, principalmente, 2015.

Por fim, no quinto capítulo, apresentar-se-á a conclusão deste estudo. Nesse capítulo, serão expostos os resultados obtidos com a pesquisa, confrontando com seu objetivo principal, ou seja, considerando os quatro agentes econômicos destinatários das riquezas (empregados, governo, financiadores e acionistas), analisar como se comporta a evolução da distribuição do valor adicionado aos mesmos nos diferentes setores da economia nos anos de 2013, 2014 e, principalmente, 2015.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONTABILIDADE

A contabilidade é uma ciência muito antiga que visa fornecer o máximo de informações úteis para ajudar na tomada de decisões dentro e fora da entidade. Com o passar do tempo, o governo tornou-a obrigatória para a maioria das empresas e passou a utilizar-se dela como ferramenta para arrecadar impostos. Porém, é importante ressaltar que a contabilidade não deve ser usada apenas para atender às exigências fiscais, mas também, e principalmente, para prover os usuários com informações úteis para tomada de decisão (MARION, 2009).

Em consonância com esse pensamento, Ribeiro (2013) afirma que a contabilidade tem por objetivo estudar e controlar o patrimônio e suas variações para fornecer aos usuários informações de natureza econômica e financeira que sejam úteis para sua tomada de decisão. Essas informações são geradas pela contabilidade através da escrituração, em livros próprios, dos atos e fatos administrativos relevantes que ocorrem no dia-a-dia das entidades, e são divulgadas através das demonstrações contábeis, que são os relatórios técnicos que contém os dados extraídos da contabilidade.

2.1.1 Demonstrações Contábeis

Ribeiro (2010), conceitua as demonstrações financeiras ou demonstrações contábeis como sendo os relatórios cujo objetivo é transmitir aos usuários em geral informações sobre a posição patrimonial, econômica e financeira da entidade. Os dados para elaboração dessas demonstrações são extraídos da escrituração mercantil mantida pela empresa ao longo do exercício social.

A Resolução CFC nº 1.374/11, que dá nova redação à NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, afirma que as demonstrações contábeis têm por objetivo fornecer informações úteis para tomada de decisão dos usuários em geral, não tendo o propósito de atender a necessidades específicas de determinado grupo de usuários.

De acordo com o artigo 176 da Lei nº 11.638 de 2007, que modificou a Lei nº 6.404 de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), as entidades devem publicar, obrigatoriamente, ao fim de cada exercício social, as seguintes demonstrações financeiras: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado, se companhia aberta.

Assim, percebe-se que as demonstrações contábeis buscam fazer a comunicação entre a empresa e seus *stakeholders*, fornecendo a eles informações úteis para tomada de decisão. Porém, o aumento da preocupação da sociedade com os aspectos ambientais e sociais fez com que as demonstrações contábeis passassem a evidenciar, além dos aspectos econômicos e financeiros tradicionais, também os aspectos resultantes da relação empresa *versus* sociedade, surgindo assim o demonstrativo contábil denominado Balanço Social (FOLLMANN; PAIVA; SOARES, 2011).

2.2 RESPONSABILIDADE SOCIAL

O conceito de responsabilidade social tem sido muito discutido, pois sabe-se que as empresas, além de serem um agente econômico, são também um agente social e, portanto, devem prestar contas à sociedade e propor soluções aos problemas socioeconômicos gerados pelas suas atividades. Nesse sentido, as entidades não devem visar apenas o lucro, elas devem também estar cientes do seu compromisso social, buscando a preservação do meio ambiente, a qualidade dos bens e serviços prestados e o cuidado com seus empregados, para garantir, assim, a sua continuidade (DE LUCA, 1998).

Conforme explica Tinoco (2001), a responsabilidade social vai além da prática da caridade e da filantropia, ela está relacionada com as estratégias de sustentabilidade de longo prazo das empresas e inclui, também, a preocupação com as atividades desenvolvidas, a fim de proporcionar bem-estar para a sociedade onde estão inseridas.

Complementando esse pensamento, De Luca (1998) afirma que a divulgação transparente sobre a utilização dos recursos humanos, naturais, financeiros, tecnológicos e outros traz para as empresas um maior respeito, credibilidade e fidelidade por parte da sociedade. E o instrumento utilizado pelas

entidades, que permite evidenciar para a comunidade esses resultados econômicos e sociais obtidos é o chamado Balanço Social.

2.3 BALANÇO SOCIAL

Segundo Martins et al. (2013), o Balanço Social tem por objetivo mostrar como a empresa interage com o ambiente onde ela está inserida, buscando demonstrar o grau de responsabilidade social assumido e prestando contas à sociedade pela utilização do patrimônio público. O Balanço Social também pode ser chamado de Relatório Socioambiental e Relatório de Sustentabilidade (TINOCO, 2010).

2.3.1 Histórico

Tinoco (2001), afirma que o Balanço Social surgiu da cobrança dos trabalhadores por mais informações sobre o desempenho econômico e, principalmente, social das organizações, sobretudo no que diz respeito às condições relativas ao emprego, visando à discussão sobre a responsabilidade social.

Fazendo uma breve análise histórica, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - Ibase (2008), afirma que, apesar de existirem movimentos em prol de ações sociais por parte das empresas desde o século XX, foi apenas a partir da década de 1960, nos Estados Unidos da América, e do início da década de 1970, na Europa - sobretudo na França, Alemanha e Inglaterra -, que surgiu a necessidade de publicação de relatórios e balanços sociais. Sendo que, o marco na história dos Balanços Sociais ocorreu em 1972, na França, quando a empresa Singer fez o primeiro Balanço Social da história.

Em 1977, o Congresso francês aprovou a Lei nº 77.769 que obrigou todos os estabelecimentos com mais de 299 empregados a elaborar e divulgar um documento chamado de Balanço Social, o qual possuía 7 capítulos e, dependendo do tipo de atividade, o número de indicadores sociais poderia chegar a 171, ou seja, era dotado de uma quantidade muito grande de informações (SANTOS, 2003).

Segundo Silva e Freire (2001), o debate sobre a responsabilidade social das empresas no Brasil teve início em meados da década de 1960, com a criação da Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas - ADCE que publicou, em 1965, a

“Carta de Princípios do Dirigente Cristão de Empresas” que se tornou um marco histórico da utilização da expressão “responsabilidade social” associada às empresas. E, em 1984, ocorreu a primeira publicação voluntária de um Balanço Social por parte de uma empresa brasileira, realizada pela Nitrofertil, uma empresa estatal que se localizava no estado da Bahia.

Santos (2003) afirma que, no Brasil, desde 1975, todas as empresas, independente do porte, devem apresentar ao Ministério do Trabalho e da Previdência Social a Relação Anual de Informações Sociais - Rais. Esse documento contém informações sociais relativas à empresa, como o número de empregados, remunerações recebidas, grau de instrução, entre outros, mas, em termos de qualidade e quantidade, o Balanço Social francês é mais completo.

Em 1990, a ideia de responsabilidade social das empresas ganhou força e sentiu-se a necessidade de publicação do Balanço Social, assim, em 1997, o sociólogo Herbert de Souza (Betinho) e a equipe do Ibase criaram, em parceria com técnicos e pesquisadores, o primeiro modelo de Balanço Social. Dessa forma, cada vez mais corporações têm aderido à publicação dos Balanços Sociais anuais, tornando o modelo do Ibase o mais utilizado e considerado a principal referência no que tange a relatórios socioambientais elaborados por empresas no Brasil (IBASE, 2008).

Em 19 de agosto de 2004, o Conselho Federal de Contabilidade - CFC emitiu a Resolução CFC nº 1.003/04, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2006, e aprova a NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental. Conforme consta na mesma, “esta norma estabelece procedimentos para evidenciação de informações de natureza social e ambiental, com o objetivo de demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade” (CFC, 2004).

2.3.2 Conceito e aplicações

Segundo explica Marion (2012), o Balanço Social busca fornecer para a sociedade informações sobre o perfil social e o desempenho econômico das empresas, como, por exemplo, a quantidade, sexo e escolaridade dos funcionários, os investimentos feitos em treinamentos e na comunidade.

Tinoco (2010) define o Balanço Social como uma ferramenta de gestão que busca evidenciar aos diversos usuários, da forma mais transparente possível,

informações contábeis, econômicas, ambientais e sociais relativas ao desempenho da entidade, na busca do desenvolvimento sustentável. Destaca ainda que, para a empresa ter continuidade, ela deve atender às necessidades de todos os agentes envolvidos, promovendo o bem-estar destes e dando atenção ao aspecto ambiental, pois o foco apenas no lucro não é mais suficiente para que a entidade atinja seus objetivos.

Embora o Balanço Social não seja um componente obrigatório das demonstrações contábeis e sua divulgação não seja exigida por lei, as empresas estão sendo cada vez mais solicitadas a informarem sua política em relação ao meio ambiente, recursos humanos, e sua contribuição para o desenvolvimento econômico-social do local onde estão inseridas (MARTINS et al., 2013).

Nessa mesma linha de pensamento, o *Global Reporting Initiative* - GRI (2015), afirma que o Relatório de Sustentabilidade evidencia os impactos mais críticos de uma organização sobre o meio ambiente, a sociedade e a economia, sejam eles positivos ou negativos. Assim, utilizando as diretrizes para elaboração dos Relatórios de Sustentabilidade, fornecidas pelo GRI, as empresas poderão divulgar informações confiáveis, relevantes e padronizadas, permitindo uma tomada de decisão mais segura, tanto por parte da empresa como dos *stakeholders*.

2.3.3 Modelos

De acordo com Quintana et al. (2013), o Balanço Social é elaborado com base nas informações da contabilidade e busca demonstrar a relação da entidade com a comunidade, os colaboradores e com o meio ambiente. Assim, para divulgar essas informações, as empresas brasileiras se utilizam de três modelos de Balanço Social: os modelos do Ibase, o modelo do Instituto Ethos e o GRI.

O modelo do Ibase foi lançado em 1997 e expõe de maneira detalhada, em forma de planilha, as informações sobre a responsabilidade social das empresas. Já o modelo internacional, desenvolvido pela *Global Reporting Initiative* (Iniciativa Global para a Apresentação de Relatórios – GRI) tem ganhado cada vez mais importância, pois ele busca um modelo padrão internacional para a elaboração do Balanço Social, a fim de torná-lo tão difundido quantos os demais relatórios financeiros. Por fim, o guia proposto pelo Instituto Ethos, engloba a planilha proposta pelo Ibase e recomenda que seja tratado com maior detalhamento o contexto da

tomada de decisões, dos problemas encontrados e dos resultados alcançados (INSTITUTO ETHOS, 2007).

Conforme explica Martins et al. (2013), o Balanço Social possui quatro vertentes, a saber: o Balanço Ambiental, que evidencia a postura da empresa frente aos recursos naturais; o Balanço de Recursos Humanos, que mostra o perfil da força de trabalho; a Demonstração do Valor Adicionado, que reflete como a entidade contribui econômica e socialmente para a região onde está inserida; e os Benefícios e Contribuições à Sociedade em Geral, que apresenta o que a empresa colabora com benefícios sociais, como ajuda a entidades filantrópicas, educação, etc.

Assim, diante da ênfase que está se dando ao Balanço Social, surge uma nova perspectiva de utilização da contabilidade que busca avaliar as relações da empresa com a sociedade. A vertente do Balanço Social que melhor atende essas necessidades é a DVA que, embora seja a mais recente das demonstrações contábeis, contém informações de grande valia para discussões econômicas e sociais (SANTOS, 2003).

2.4 VALOR ADICIONADO

Segundo De Luca (1998), o conceito de valor adicionado é utilizado na macroeconomia para determinar o Produto Nacional, por meio da mensuração das atividades econômicas de um país.

Segundo Neves e Viceconti (2012), o Produto Nacional refere-se ao valor dos bens e serviços finais e é constituído por duas parcelas, uma que é produzida dentro do país e outra que é produzida no exterior, porém, ambas utilizam-se de fatores de produção de propriedade de residentes no país.

Do ponto de vista contábil, pode-se definir que o valor adicionado de uma empresa é a diferença entre o valor da produção (vendas) menos o valor dos materiais adquiridos de terceiros (consumos intermediários), obtendo-se como resultado o montante da riqueza gerada pela empresa (DE LUCA, 1998).

De acordo com a Resolução CFC 1.138/08, alterada pela Resolução CFC nº 1.162/09, que aprova a NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado (CFC, 2008), o:

Valor adicionado representa a riqueza criada pela empresa, de forma geral medida pela diferença entre o valor das vendas e os insumos adquiridos de terceiros. Inclui também o valor adicionado recebido em transferência, ou seja, produzido por terceiros e transferido à entidade.

Seguindo essa linha, Ludícibus e Marion (2010), explicam que a diferença entre as vendas e as compras de bens e serviços resultam no montante de recursos financeiros gerados pela atividade da empresa, ou seja, no seu valor agregado, que será utilizado para remunerar salários, juros, impostos e reinvestir no próprio negócio. Esse valor agregado corresponde ao Produto Interno Bruto - PIB da empresa, sendo que, a soma dos valores agregados de todas as empresas, corresponderia ao PIB do país.

Vale lembrar, conforme explicam Martins et al. (2013), que há uma diferença entre o cálculo econômico e contábil do valor adicionado. Para a economia, o cálculo do PIB se baseia na produção, enquanto que, para a contabilidade, o mesmo se fundamenta na realização da receita.

Como o valor da riqueza gerada e agregada pela empresa aos fatores de produção influencia diretamente no cálculo do PIB, as informações relativas ao modo como as companhias pretendem contribuir para a economia da região onde pretendem se instalar têm sido cada vez mais utilizadas como fator decisivo para se permitir a instalação de empresas transnacionais em países emergentes (RIBEIRO, 2010).

2.5 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

2.5.1 Histórico

Segundo De Luca (1998), a Demonstração do Valor Adicionado está associada ao conceito de responsabilidade social e surgiu para atender a demanda dos usuários por informações acerca do valor criado pelas empresas e a forma como ele foi utilizado.

Esse demonstrativo surgiu na Europa por influência da Grã-Bretanha, França e Alemanha, e tem sido cada vez mais adotado por outros países devido a uma recomendação expressa da Organização das Nações Unidas - ONU (RIBEIRO, 2010).

Conforme o mesmo autor, a divulgação e a elaboração dessa demonstração contábil é feita desde o início de 1990 pelas principais sociedades anônimas de capital aberto brasileiras devido ao estímulo dado pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em seu Parecer de Orientação CVM nº 24 de 15 de janeiro de 1992, o qual dispõe que:

Algumas empresas têm demonstrado interesse ou desenvolvido trabalhos no sentido de levar ao seu usuário uma informação de melhor qualidade, através do aperfeiçoamento dos seus relatórios ou de informações mais completas. A CVM apoia e estimula essas iniciativas. São exemplos de formas de enriquecimento da informação levada ao público: Demonstrações complementares, como: a) Fluxo de caixa; e b) Valor Adicionado.

Mas, de acordo com Santos et al. (2013), o fator que motivou as empresas a elaborarem essa demonstração, foi sua inclusão dentre os critérios de excelência empresarial para a seleção e classificação das empresas para o *ranking* da edição anual da Revista Exame Maiores e Melhores.

2.5.2 Legislação

A DVA não era obrigatória no Brasil até a publicação de Lei 11.638/07, que alterou a Lei 6.404/76, e tornou obrigatória a elaboração e publicação dessa demonstração pelas companhias abertas, juntamente com as demais demonstrações contábeis divulgadas ao final de cada exercício (MARTINS et al., 2013).

Porém, a legislação societária, ao obrigar a publicação dessa demonstração, não convergiu para as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB (Conselho de Padrões de Contabilidade Internacional), e pelo *United States Generally Accepted Accounting Principles* – US-GAAP (princípios de contabilidade geralmente aceitos norte-americanos), pois esses órgãos não exigem a elaboração e a apresentação da DVA entre as demonstrações financeiras obrigatórias (SANTOS; SCHIMIDT, 2015).

As diretrizes para elaboração e apresentação da DVA estão contidas no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e aprovado pela Deliberação da CVM

nº 557, de 12 de novembro de 2008, e pela Resolução CFC nº 1.138/08 que aprova a NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

Carmo et al. (2011), fazem uma crítica ao CPC 09 argumentando que esse Pronunciamento detalha como deve ser a elaboração e divulgação da DVA, porém, não obriga ou menciona a evidenciação de informações adicionais por meio de notas explicativas para que o usuário obtenha um melhor entendimento das informações de natureza contábil, financeira, econômica e/ou social constantes nesse demonstrativo.

2.5.3 Conceito e importância

Segundo Ribeiro (2010), a DVA é uma demonstração financeira (contábil) diferente das demais exigidas pela Lei das Sociedades por Ações, pois nela são evidenciadas informações de natureza social. Ela representa um grande avanço para a contabilidade como ciência, pois suas informações mostram o quanto de riqueza foi gerada pela empresa e como foi distribuída em benefício da coletividade, assim como qual foi a contribuição de cada setor da coletividade na formação dessa riqueza.

Conforme consta nas Normas Brasileiras de Contabilidade, NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado (CFC, 2008), a DVA representa um dos componentes do Balanço Social, ou seja, ela:

Está fundamentada em conceitos macroeconômicos, buscando apresentar, eliminados os valores que representam dupla-contagem, a parcela de contribuição que a entidade tem na formação do Produto Interno Bruto (PIB). Essa demonstração apresenta o quanto a entidade agrega de valor aos insumos adquiridos de terceiros e que são vendidos ou consumidos durante determinado período.

Para Martins et al. (2013), a DVA tem por objetivo demonstrar o valor da riqueza econômica gerada pelas atividades da empresa e sua distribuição entre os agentes que contribuíram para sua criação, como os empregados, governo, clientes, fornecedores e financiadores, prestando assim, informação a todos os usuários interessados na empresa.

A DVA é importante tanto sob o aspecto econômico quanto sob o aspecto social. Economicamente, ela evidencia como a empresa contribui para a geração de

valores à economia, e, do ponto de vista social, mostra como a riqueza foi distribuída, sendo possível observar quais elementos mais consumiram essa riqueza, além de destacar, também, a parcela retida pela empresa (DA LUZ, 2015).

Santos (2003, p.36), discorre sobre a importância da DVA da seguinte forma:

Quanto à importância da DVA, parece que é inquestionável seu auxílio no cálculo do PIB e de indicadores sociais extremamente importantes. As decisões de investimentos por áreas, regiões, Estados etc. terão nessa demonstração excelente instrumental para auxiliar na solução de conflitos.

Cosenza (2003), em seu estudo sobre a eficácia informativa da DVA, listou algumas vantagens e limitações sobre as informações contidas na DVA, os quais estão apresentados no Quadro 1.

Quadro 1 - Ponderações na elaboração da DVA

PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS
Permite obter uma dupla visão da realidade empresarial: a econômica, relativa ao valor gerado, e a social, correspondente às rendas distribuídas;	Pode levar a tomada de decisões incorretas quanto à maximização do valor adicionado, em lugar dos lucros;
Possibilita desenvolver um efetivo sistema de avaliação dos gestores e unidades;	Está sujeito à incorporação de distorções provocadas por sua subjetividade e forma própria de estimativa;
Tem uma linguagem aceita por todos os seus destinatários e que se faz compreensível ao conhecimento de qualquer usuário;	Pode motivar uma certa dificuldade na hora de se realizarem análises de desempenho empresarial no setor econômico a que a companhia pertence;
Reflete a lucratividade e a eficiência das operações e atividades da companhia, como também a evolução econômica em seu conjunto;	Necessita informações contábeis atualizadas e confiáveis e, se possível, auditadas;
Fornecer dados para a tomada de decisão e o sistema de controle de desempenho;	Pode ser demasiado trabalhoso em ambientes de grandes incertezas e complexidades monetárias, tributárias e econômicas;
Permite conhecer a contribuição econômica da empresa para a renda nacional ou para seu ambiente econômico ou social.	É limitada para medir e informar a eficácia alcançada na distribuição social dos lucros gerados.

Fonte: Adaptado de Cosenza (2003).

2.5.4 Elaboração

A DVA pode ser considerada outra perspectiva de visão no que se refere a demonstrações contábeis, isso porque, em geral, as demonstrações tradicionais buscam evidenciar para o proprietário e acionista quanto a empresa obteve de lucro

e como ele foi calculado, como é o caso da Demonstração do Resultado do Exercício, por exemplo. Já a DVA busca mostrar, além do lucro dos investidores, para quem é destinado o restante da riqueza criada pela empresa (DE LUCA, 1998).

Segundo a mesma autora, as informações que fazem parte da DVA são oriundas de contas da própria contabilidade e fazem parte das demonstrações contábeis tradicionais, excetuando-se, somente, o item relativo ao consumo intermediário (materiais e serviços adquiridos de terceiros) que não está disponível para os usuários externos.

De acordo com Ribeiro (2010), a DVA está estruturada para ser preparada a partir da DRE. Portanto, as informações para sua elaboração originam-se de contas de resultado, como despesas, custos e receitas, observando o princípio da competência, mas também de contas patrimoniais representativas das participações de terceiros, como tributos sobre o lucro líquido, empregados, administradores etc., e da remuneração dos acionistas, como juros e dividendos.

É importante salientar que, no momento da elaboração e divulgação dessa demonstração, deve-se atentar para que a mesma: apresente os valores do ano atual e do ano anterior para fins de comparação, seja consistente com a demonstração do resultado e com os registros auxiliares, devendo ser revisada ou auditada caso a empresa passe por auditoria externa independente. No caso de apresentação de DVA consolidada, deve ser incluída a participação dos acionistas minoritários na distribuição do valor adicionado, e a mesma deve ser elaborada com base nas demonstrações consolidadas e não pelo somatório das DVAs individuais (MARTINS et al., 2013).

2.5.5 Estrutura e modelo

A Lei nº 11.638/07, em seu artigo 188, inciso II, discorre sobre as informações mínimas que devem ser apresentadas pela DVA:

II – demonstração do valor adicionado – o valor da riqueza gerada pela companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

Para realizar o preenchimento da DVA, deve-se seguir as instruções da NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado, a qual orienta que, para a elaboração da DVA, seja observada também a NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL – Estrutura Conceitual Básica para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis.

A referida Norma (NBC TG 09) apresenta três modelos de DVA, o Modelo I é aplicável às Empresas em Geral, o Modelo II é para as Instituições Financeiras Bancárias e o Modelo III se destina às Seguradoras (CFC, 2008). Será apresentado a seguir, no Quadro 2, o modelo de DVA utilizado para as empresas em geral, sendo que, os outros dois modelos poderão ser consultados nos Anexos A e B deste trabalho.

Quadro 2 - Modelo I - Demonstração do Valor Adicionado – Empresas em Geral
(continua)

DESCRIÇÃO	Em milhares de reais	Em milhares de reais
	20X1	20X0
1 – RECEITAS		
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços		
1.2) Outras receitas		
1.3) Receitas relativas à construção de ativos próprios		
1.4) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão / (Constituição)		
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos – ICMS, IPI, PIS e COFINS)		
2.1) Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		
2.3) Perda / Recuperação de valores ativos		
2.4) Outras (especificar)		
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)		
4 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)		
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
6.1) Resultado de equivalência patrimonial		
6.2) Receitas financeiras		
6.3) Outras		
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)		

(conclusão)

DESCRIÇÃO	Em milhares de reais	Em milhares de reais
	20X1	20X0
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO (*)		
8.1) Pessoal		
8.1.1 – Remuneração direta		
8.1.2 – Benefícios		
8.1.3 – F.G.T.S		
8.2) Impostos, taxas e contribuições		
8.2.1 – Federais		
8.2.2 – Estaduais		
8.2.3 – Municipais		
8.3) Remuneração de capitais de terceiros		
8.3.1 – Juros		
8.3.2 – Aluguéis		
8.3.3 – Outras		
8.4) Remuneração de Capitais Próprios		
8.4.1 – Juros sobre o Capital Próprio		
8.4.2 – Dividendos		
8.4.3 – Lucros retidos / Prejuízo do exercício		
8.4.4 – Participação dos não-controladores nos lucros retidos (só p/ consolidação)		

(*) O total do item 8 deve ser exatamente igual ao item 7.

Fonte: CFC (2008).

Como se pode observar, a parte inicial da DVA deve evidenciar de forma detalhada como se deu a formação da riqueza da entidade. Já a segunda parte visa mostrar de forma detalhada como ocorreu a distribuição desse valor. Em virtude do escopo desta pesquisa ser analisar a distribuição do valor adicionado, dar-se-á um detalhamento apenas deste item, o qual é composto, segundo a NBC TG 09 (CFC, 2008), por:

- a) **Pessoal** (item 8.1 do Quadro 2): são os valores distribuídos aos colaboradores da empresa a título de remuneração direta (salários, 13º salário, férias, horas extras, participação dos empregados nos lucros, etc.), benefícios (valores referentes à assistência médica, alimentação, transporte, etc.) e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.
- b) **Impostos, Taxas e Contribuições** (item 8.2 do Quadro 2): inclui os tributos que devem ser pagos às esferas Federal (como IRPJ, CSLL, IPI, CIDE, PIS, COFINS e contribuição sindical patronal), Estadual (por

exemplo, ICMS e IPVA) e Municipal (tais como ISSQN e IPTU).

- c) **Remuneração de Capitais de Terceiros** (item 8.3 do Quadro 2): são os valores pagos ou creditados aos financiadores externos de capital em forma de juros (despesas financeiras e variações cambiais passivas referentes a empréstimos e financiamentos), aluguéis (pagos ou creditados a terceiros) e outras (valores que caracterizem transferência de riqueza a terceiros, inclusive de capital intelectual, como *royalties*, franquia, direitos autorais, etc.).
- d) **Remuneração de Capitais Próprios** (item 8.4 do Quadro 2): são os valores pagos aos sócios e acionistas como remuneração, o que inclui os juros sobre capital próprio (JCP) e dividendos (são os valores pagos ou creditados aos acionistas com base no resultado do exercício), lucros retidos e prejuízos do exercício (parcela do lucro do exercício e dos JCP destinados às reservas, no caso de prejuízo o valor deve ser apresentado com sinal negativo).

A partir da estrutura da DVA diversos pesquisadores realizaram estudos sobre essa demonstração devido à relevância econômica e social das informações prestadas por ela.

2.6 PESQUISAS RECENTES REALIZADAS SOBRE O TEMA

Diversas pesquisas foram realizadas com o intuito de explorar as informações contidas na DVA. O Quadro 3 apresentará algumas dessas pesquisas recentemente realizadas sobre o tema em estudo.

Quadro 3 - Estudos recentes sobre a DVA

(continua)

ANO	AUTORES	OBJETIVO DA PESQUISA	AMOSTRA	ACHADOS
2010	Grecco et al.	Analisar por meio da DVA em qual setor da economia estão as empresas que agregam mais riqueza para a sociedade.	- empresas de capital aberto que publicaram a DVA.	- setor que mais gerou riqueza: Energia; - <i>stakeholders</i> mais beneficiados: governo e acionistas; - as empresas que mais geraram riqueza não fazem parte dos níveis de governança da BM&FBOVESPA.

(continuação)

ANO	AUTORES	OBJETIVO DA PESQUISA	AMOSTRA	ACHADOS
2010	Bosco e Bispo	Verificar se existiam diferenças na distribuição da riqueza criada aos <i>stakeholders</i> entre os setores de Serviço, Comércio e Indústria.	<ul style="list-style-type: none"> - 3.378 demonstrações; - período: 1997 a 2006; - revista Exame Maiores e Melhores. 	<ul style="list-style-type: none"> - existe diferença significativa na distribuição entre os setores; - setor de Serviços: melhor remunera seus credores; - setor Industrial: menor remunera seus empregados.
2011	Follmann, Paiva e Soares	Analisar a distribuição setorial do valor adicionado.	<ul style="list-style-type: none"> - 90 empresas do Novo Mercado da BM&FBOVESPA - período: 2008 e 2009. 	<ul style="list-style-type: none"> - não se observou um padrão na distribuição setorial; - numa análise setorial o item mais representativo na maior parte dos setores, em ambos os anos, foi o de "Impostos, Taxas e Contribuições"; - numa análise consolidada o item com maior representação foi: "Pessoal" em 2008, e "Impostos, Taxas e Contribuições" em 2009.
2013	Santos et al.	Averiguar o comportamento da riqueza criada e distribuída pelas empresas durante os governos de Fernando Henrique Cardoso - FHC (1995-1998 e 1999-2002) e Luis Inácio Lula da Silva - Lula (2003-2006 e 2007-2009).	<ul style="list-style-type: none"> - empresas no ranking das Melhores e Maiores, da Revista Exame; - período de 1996 a 2009; - 155 empresas no governo FHC e 320 no governo Lula. 	<ul style="list-style-type: none"> - mandato de FHC: a geração de riqueza nas empresas cresceu 6%; - mandato de Lula: o crescimento foi de 3%; - nos dois períodos analisados o agente mais beneficiado foi o governo.
2013	Klöppel, Schnorrenberger e Lunkes	Verificar como ocorreu a geração e destinação da riqueza nos setores de Construção e Transporte, Financeiro e Outros, Materiais Básicos, Telecomunicações e Utilidade Pública.	<ul style="list-style-type: none"> - 36 empresas que compõem o IBOVESPA; - período de 2007 a 2010. 	<ul style="list-style-type: none"> - setor que produziu o menor valor adicionado: Construção e Transporte; - o que mais produziu: Financeiro e Outros; - setores de Telecomunicações, Utilidade Pública e Materiais Básicos: foram os que destinaram a maior parte da riqueza para o governo e, ao mesmo tempo, os que menos destinaram para a força de trabalho; - setores Financeiro e Construção e Transporte: preferiram remunerar os donos do capital.

(continuação)

ANO	AUTORES	OBJETIVO DA PESQUISA	AMOSTRA	ACHADOS
2014	Scarpin et al.	Identificar se existe correlação entre a distribuição do valor adicionado aos agentes que colaboraram para a geração da riqueza e a lucratividade nas empresas.	- empresas listadas na revista Exame Maiores e Melhores; - período: 2007 a 2010.	- existe a relação entre o valor adicionado distribuído aos agentes colaboradores e a lucratividade das empresas.
2014	Dallabona, Kroetz e Mascarello	Avaliar se havia relação entre os indicadores de desempenho e o valor adicionado distribuído aos agentes colaboradores na geração da riqueza.	- 153 empresas listadas na BM&FBOVESPA; - período: 2010 e 2011.	- existe influência dos indicadores de desempenho econômico/financeiro sobre o valor distribuído, pois eles apresentaram significância para algumas variáveis.
2014	Oliveira e Coelho	Investigar em que medida a obrigatoriedade de divulgação da DVA, instituída pela Lei nº 11.638/07, pode ter alterado a qualidade informacional dos indicadores financeiros emanados da DVA.	- 81 empresas brasileiras, listadas na BM&FBOVESPA que divulgavam voluntariamente a DVA antes da sua obrigatoriedade (2005 a 2007) e após a obrigatoriedade (2008 a 2012).	- observou-se que a regulamentação da DVA não alterou a qualidade de 6 dos 8 indicadores analisados.
2015	Cardoso et al.	Analisar como os diferentes setores da economia distribuíram sua riqueza entre os agentes econômicos, principalmente ao governo.	- 63 empresas (5 de cada setor) listadas na BM&FBOVESPA e apresentadas na revista Exame Maiores e Melhores; - período: 2013.	- grupo com maior destinação: "Impostos, Taxas e Contribuições"; - setores que mais geraram valor para o governo, respectivamente: Telecomunicações, Energia e Indústria Digital; - setores que menos geraram valor para o governo: Farmacêutico e Indústria da Construção.

(conclusão)

ANO	AUTORES	OBJETIVO DA PESQUISA	AMOSTRA	ACHADOS
2015	Kijewska, Bluszcz, Sojda	Mostrar as diferenças na distribuição do valor agregado para as partes interessadas e avaliar os indicadores selecionados.	- 2 empresas polonesas: 1 do setor metalúrgico e 1 de mineração; - período: 2011 a 2013.	- o valor adicionado diminuiu nos anos subsequentes em ambas as empresas; - a empresa mineradora destina mais recursos aos trabalhadores em todos os anos, enquanto a metalúrgica retém mais para a empresa em 2011 e 2012, já em 2013 prioriza também seus empregados.
2015	Machado, Macedo e Machado	Verificar se o conteúdo informacional da DVA é relevante no mercado brasileiro de capitais.	- empresas não financeiras de capital aberto listadas na Maiores e Melhores, da revista Exame; - período: 2005 a 2011.	- as informações da DVA são relevantes, pois explicam a variação no preço das ações das empresas em questão.
2016	De Melo	Analisar como ocorreu a distribuição da riqueza gerada, por meio da DVA, nas regiões brasileiras, nos anos de 2013 e 2014.	- 50 empresas, das 5 regiões do país, listadas na BM&FBOVESPA da revista Exame Maiores e Melhores do ano de 2015.	- em 2013: a região que mais contribuiu com "Pessoal", "Impostos, Taxas e Contribuições" e "Remuneração de Capitais de Terceiros" foi a região Centro-Oeste e com "Remuneração de Capital Próprio" foi região Sul; - em 2014, a que mais distribuiu para "Pessoal" e "Remuneração de Capitais de Terceiros" foi a região Centro-Oeste, para "Impostos, Taxas e Contribuições" foi a região Sudeste e para "Remuneração de Capital Próprio" foi a região Sul.

Fonte: Produção da autora.

Dessa forma, pode-se notar a importância que a demonstração do valor adicionado apresenta no meio acadêmico, pois dela emanam informações úteis e necessárias que auxiliam os interessados nas empresas a tomarem suas decisões com mais segurança e assertividade e que, além disso, permitem conhecer melhor a dinâmica de distribuição da riqueza gerada pelas empresas e setores em estudo.

3 METODOLOGIA

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa terá caráter documental, pois utilizará como base a Demonstração do Valor Adicionado das empresas do Novo Mercado listadas na BM&FBOVESPA. Gil (2010), afirma que a pesquisa documental é amplamente utilizada no campo das ciências sociais e usa como fonte de informação diversos documentos, elaborados com variadas finalidades. Marconi e Lakatos (2010), afirmam que esse tipo de pesquisa se baseia em documentos de fontes primárias, escritos ou não, como, por exemplo, relatórios, leis, registros, atas, entre outros.

Em relação aos objetivos, a pesquisa enquadra-se como descritiva. De acordo com Köche (2010), a pesquisa descritiva se caracteriza por estudar as relações existentes entre duas ou mais variáveis, que se manifestam espontaneamente em situações que já existem, não havendo manipulação. Para Cervo e Bervian (2002), a pesquisa descritiva busca observar, analisar e estabelecer a relação entre os fenômenos que ocorrem na vida social, política e econômica de um indivíduo ou de um grupo.

Quanto à abordagem do problema, trata-se de uma pesquisa quantitativa e qualitativa, pois os dados inicialmente coletados serão submetidos ao cálculo de médias e percentuais, sendo os resultados posteriormente analisados. Conforme Richardson (1999), o método quantitativo utiliza técnicas estatísticas, desde as mais simples até as mais complexas, na coleta e análise dos resultados buscando evitar distorções e ter uma margem de segurança quanto às conclusões. Para Appolinário (2011), a pesquisa quantitativa é aquela que analisa os fatos, onde as variáveis previamente escolhidas e os resultados obtidos são estimados e apresentados numericamente.

De acordo com Richardson (1999), o método qualitativo busca descrever e analisar a interação entre as variáveis, buscando compreender e classificar os processos dinâmicos vividos por grupos sociais. Nessa mesma linha, Beuren (2006) afirma que o método qualitativo é bastante utilizado em pesquisas na área contábil e se caracteriza por analisar o fenômeno em estudo com maior profundidade, buscando evidenciar características que um estudo quantitativo não consegue

alcançar.

Segundo Michel (2015), a pesquisa quali-quantitativa é aquela que busca conhecer em maior profundidade o comportamento de determinado grupo, interpretando e analisando os resultados obtidos numérica e estatisticamente.

3.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

De acordo com Cervo e Bervian (2002), para que a pesquisa descritiva gere resultados úteis e confiáveis ela deve estar baseada em um bom planejamento que envolve também a tarefa de coleta, análise e discussão dos dados.

Assim, a coleta dos dados será feita acessando o site da BM&FBOVESPA, de onde será extraída a lista das empresas classificadas no segmento do Novo Mercado. De posse dessa informação, as empresas listadas nesse segmento serão agrupadas conforme o seu setor de atuação.

De acordo com a BM&FBOVESPA, as empresas são classificadas em 10 setores, a saber: (1) Bens Industriais; (2) Consumo Cíclico; (3) Consumo não Cíclico; (4) Financeiro e Outros; (5) Materiais Básicos; (6) Petróleo, Gás e Biocombustíveis; (7) Saúde; (8) Tecnologia da Informação; (9) Telecomunicações; e (10) Utilidade Pública.

Após isso, será selecionada uma amostra de 5 empresas pertencentes a cada setor, utilizando como critério de escolha as 5 empresas que tiveram maior faturamento no ano de 2015.

Nos setores de Tecnologia da Informação e de Telecomunicações serão utilizadas, respectivamente, 4 e 1 empresas como amostra, devido ao fato desses setores não possuírem a quantidade total acima citada de companhias listadas no Novo Mercado, assim o estudo contará com um total de 45 empresas.

Selecionada a amostra, serão extraídos os dados da Demonstração do Valor Adicionado dessas empresas, relativos aos exercícios sociais de 2013, 2014 e 2015, os quais serão tabulados, empregando técnicas estatísticas como média e percentual, para que se consiga alcançar os resultados.

Tendo os números organizados em planilhas e gráficos, será feita a análise dos resultados encontrados, utilizando a base teórica, de acordo com o objetivo e a questão de pesquisa propostos.

4 REALIZAÇÃO DA PESQUISA

Nesse capítulo será contextualizado o Novo Mercado e os setores que o integram e serão apresentados também os resultados obtidos com a pesquisa.

4.1 NOVO MERCADO

4.1.1 Segmentos diferenciados de governança corporativa

Até os anos 2000, o mercado de ações brasileiro não era muito utilizado pelas companhias como um meio de financiamento e não se mostrava atraente aos investidores, apesar dos esforços para estimular o seu crescimento, devido, por exemplo, à falta de interesse por novas aberturas de capital e ao expressivo número de cancelamentos de registro. Até meados de 1990, o cenário brasileiro era de instabilidade econômica, dívida externa em crescimento e hiperinflação, o que tornava mais rentável o investimento em títulos públicos e praticamente anulava os investimentos estrangeiros no mercado acionário (DONAGGIO, 2012).

Diante desse cenário, em dezembro de 2000, a Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) criou os Níveis Diferenciados (Nível 1 e Nível 2) e o Novo Mercado de governança corporativa com o objetivo de propiciar um ambiente de negociação que favoreça o interesse dos investidores e a valorização das companhias. As empresas registradas nesses níveis assumem compromissos de governança corporativa, além dos já presentes na legislação, para mostrar aos investidores que elas fornecem informações de qualidade, reduzindo os riscos e estimulando novas aberturas de capital e novas emissões (SILVA, 2012).

Ainda segundo Silva (2012), o Novo Mercado é voltado para aquelas companhias que desejam abrir capital na Bolsa de Valores, enquanto os Níveis Diferenciados destinam-se às empresas que já têm ações negociadas na BOVESPA. Para fazer parte de qualquer um dos níveis, é realizado um contrato entre a empresa, seus controladores, administradores e a BOVESPA, no qual fica estipulado que as partes vão atender ao Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa, ficando a cargo da BOVESPA a obrigação de fiscalizar e, se for o caso, punir com as infrações.

Slomski et al. (2008) resumem que as principais finalidades do Novo

Mercado e dos Níveis Diferenciados de governança corporativa da BOVESPA são: reduzir a assimetria informacional por meio da divulgação de informações transparentes, reduzir o custo de capital das companhias que se adaptarem às novas regras, aumentar o retorno do investimento, estimular o interesse dos investidores pelo mercado de capitais no que diz respeito à aquisição de ações e outros títulos e valores mobiliários, contribuir para o consolidação do mercado de capitais brasileiro e proporcionar meios para a valorização das companhias.

Assim, a diferença entre esses segmentos é o nível de exigência de práticas de governança corporativa das empresas para listagem na BOVESPA, como mostrado na Figura 1, que ilustra esses setores do mercado de capitais. Como se pode observar, desde o Mercado Tradicional, com nível de exigência menor (na base da pirâmide), até o Novo Mercado com nível de exigência mais alto (no topo da pirâmide) (SLOMSKI et al., 2008).

Figura 1 – Segmentos do mercado de capitais brasileiro



Fonte: Slomski et al. (2008).

4.1.2 Conceitos e características do Novo Mercado

De acordo com Silva e Leal (2007), a criação do Novo mercado foi inspirada no *Neuer Markt*, um segmento especial criado pela Bolsa Alemã em 1997. As empresas que querem abrir seu capital possuem duas opções: entrar para algum

dos mercados acionários tradicionais e assim, seguir apenas aquilo que está estabelecido em lei ou, então, entrar para o *Neuer Markt*, onde a empresa deve assinar um contrato privado com a *Deustch Borse*, que estabelece regras bastante restritivas visando oferecer uma forte proteção aos acionistas minoritários. Assim, as empresas se direcionam ao *Neuer Markt* não por força da lei, mas porque acham isso vantajoso, diferenciando-se das demais companhias.

O Novo Mercado foi criado no Brasil com o objetivo de fortalecer o mercado de capitais nacional e fornecer aos investidores maior transparência nas informações sobre os atos praticados pelos controladores e administradores das empresas. Para ingressar nesse segmento especial, as empresas participantes se comprometem, de forma voluntária, com a adoção de práticas de governança corporativa e evidenciações adicionais em relação ao que é exigido pela legislação brasileira. A primeira empresa a participar do Novo Mercado foi a Companhia de Concessões Rodoviárias (CCR), em 1º-2-2002 (SLOMSKI et al., 2008).

Segundo a BM&FBOVESPA (2016), o Novo Mercado se caracteriza pelo alto padrão de transparência e de governança corporativa e é recomendado para empresas que pretendem fazer ofertas grandes e direcionadas a qualquer tipo de investidor (investidores institucionais, pessoas físicas, estrangeiros etc.). As empresas listadas nesse segmento especial adotam voluntariamente um conjunto de regras societárias que ampliam os direitos dos acionistas, têm uma política de divulgação de informações mais transparente e abrangente, devem disponibilizar relatórios financeiros anuais em um padrão internacionalmente aceito e podem emitir apenas ações com direito de voto, as chamadas ações ordinárias.

Com o intuito de elencar mais algumas regras relacionadas à estrutura do Novo Mercado e evidenciar as diferenças entre os segmentos, será apresentado no Anexo C deste trabalho um quadro comparativo entre esses segmentos de listagem da BM&FBOVESPA – Bovespa Mais, Bovespa Mais Nível 2, Novo Mercado, Nível 2, Nível 1 e Mercado Tradicional.

Dessa forma, pode-se notar que as empresas que fazem parte do Novo Mercado usufruem de vários benefícios como: maior facilidade para a obtenção de fundos; liquidez para acionistas a baixos custos proporcionando para a empresa ações com maiores preços e, conseqüentemente, menor custo de capital; aumento do poder de barganha com bancos; diversificação de portfólio; troca de controle. “De fato, o Novo Mercado funciona como um selo de qualidade, cujo valor reside nas

obrigações contratuais assumidas pela empresa e na maneira como a Bovespa administra tais contratos” (SILVA; LEAL, 2007, p. 38).

4.2 COMPANHIAS SELECIONADAS POR SETOR DE ATUAÇÃO

As empresas listadas no Novo Mercado da BM&FBOVESPA são classificadas em um dos 10 setores de atuação existentes nesse segmento, de acordo com as suas atividades. Dessa forma, para obter um melhor entendimento sobre esses setores e apresentar quais as companhias selecionadas em cada um deles para essa pesquisa, será apresentado a seguir o Quadro 4 contendo essas informações.

Quadro 4 - Descrição dos setores e empresas selecionadas

(continua)

SETOR	ATIVIDADES	CARACTERÍSTICAS	EMPRESAS SELECIONADAS
Bens Industriais	Produtos para construção; Construção pesada; Material rodoviário, aeronáutico e de defesa; Motores, compressores e outros; Máquinas e equipamentos industriais, construção e agrícolas; Armas e munições; Transporte aéreo, ferroviário, hidroviário e rodoviário; Serviços de apoio e armazenagem; Material de transporte.	- destinado à produção de equipamentos, produção de bens duráveis; - atividades de industrialização e comercialização de produtos para construção; - realização de obras de construção pesada.	EMBRAER WEG CCR SA JSL COSAN LOG
Consumo Cíclico	Tecidos, vestuário e calçados; Utilidades domésticas; Automóveis e motocicletas; Mídia; Hotéis e restaurantes; Viagens e lazer; Brinquedos e jogos.	- depende de um determinado ciclo da economia para conseguirem ganhos mais expressivos; - abrange os bens de consumo que são tidos como compras eventuais; - também chamado de setor de consumo discricionário; - presta informações sobre a saúde geral da economia.	B2W DIGITAL MAGAZ LUIZA IOCHP-MAXION LOJAS RENNER KROTON
Consumo não Cíclico	Agropecuária; Alimentos processados; Bebidas; Comércio e distribuição; Diversos; Produtos de uso pessoal e de limpeza.	- compreende empresas que apresentam um faturamento mais homogêneo dentro do ano; - seus resultados são menos afetados nas épocas de crise quando comparados com as empresas de consumo cíclico, pois as pessoas necessitam comprar esses produtos.	JBS BRF SA MARFRIG MINERVA NATURA

(conclusão)

SETOR	ATIVIDADES	CARACTERÍSTICAS	EMPRESAS SELECIONADAS
Financeiro e Outros	Exploração de imóveis; Holdings diversificadas; Intermediários financeiros; Previdência e seguros; Serviços financeiros; Diversos.	- abrange as atividades referentes à realização de transações financeiras e as atividades de seguros; - os intermediários financeiros têm posição de destaque no âmbito do sistema de pagamentos; - aluguel e arrendamento mercantil: agregam empresas cujas atividades baseiam-se em alugar ou ceder o direito de utilização de ativos tangíveis ou intangíveis (patentes ou marcas), próprios ou de terceiros.	BRASIL PORTO SEGURO CIELO BMFBOVESPA BR MALLS PAR
Materiais Básicos	Mineração; Siderurgia e metalurgia; Químicos; Madeira e papel; Embalagens; Materiais diversos.	- as empresas que compõe esse setor são normalmente focadas em produtos para outras empresas; - os seus produtos são, geralmente, matéria-prima para fabricação de outros produtos.	FIBRIA FER HERINGER PARANAPANEMA DURATEX MAGNESITA SA
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	Equipamentos e serviços; Exploração, refino e distribuição.	- compreende a exploração, produção e comercialização de petróleo, gás natural e seus derivados; - engloba as atividades de extração de minerais sólidos, metais preciosos, minerais líquidos e gases a partir de depósitos ou massas minerais; - os produtos provenientes são as commodities metálicas e energéticas.	ULTRAPAR COSAN QGEP PART OSX BRASIL LUPATECH
Saúde	Medicamentos e outros produtos; Serviços médico - hospitalares, análises e diagnósticos; Equipamentos; Comércio e distribuição.	- inclui todas as formas de serviços referentes à saúde humana prestados em hospitais, ambulatórios, consultórios, clínicas, centros de assistência psicossocial, além dos serviços de saúde prestados em domicílio. - O setor de saúde está sofrendo uma intensa transformação por causa das novas tecnologias, do aumento das expectativas dos clientes e das mudanças demográficas globais.	RAIADROGASIL PROFARMA BR PHARMA FLEURY QUALICORP
Tecnologia da Informação	Computadores e equipamentos; Programas e serviços.	- apresenta indicadores de inovação e de esforço tecnológico mais elevados que a média do setor industrial; - há uma forte dependência da importação de componentes eletrônicos, que têm importância crescente no valor agregado dos produtos.	TOTVS POSITIVO INF IDEIASNET LINX
Telecomunicações	Telefonia fixa; Telefonia móvel.	- abrange telefonia fixa, telefonia celular, SME (trunking), telecomunicações por satélites, provedores de acesso à internet, transmissão e recepção de sinais de TV e rádio, serviços de instalação e outros.	TIM PART S/A
Utilidade Pública	Água e saneamento; Energia elétrica; Gás.	- envolve todas as atividades relativas ao fornecimento de serviços de necessidade básica para a população em geral: energia elétrica, gás natural e abastecimento de água.	CPFL ENERGIA SABESP LIGHT S/A ENERGIAS BR EQUATORIAL

Fonte: Produção da autora.

4.3 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.3.1 Análise comparativa da geração e da distribuição do valor adicionado nos anos de 2013, 2014 e 2015

Por meio do critério estabelecido para identificação da amostra, foram selecionadas 45 empresas do Novo Mercado pertencentes aos 10 setores da economia conforme identifica a BM&FBOVESPA. Assim, a fim de evidenciar a criação e o comportamento da distribuição de riqueza ao longo dos últimos anos, serão apresentados nas tabelas a seguir o montante do valor adicionado gerado pelos setores e a forma como os mesmos distribuíram esse valor entre os quatro agentes econômicos nos anos de 2013, 2014 e 2015. Destaca-se que o grupo “Outros” da DVA não fará parte dessa análise devido à sua irrelevância e que a representação gráfica dos dados da Tabela 2 encontram-se no Apêndice A.

Tabela 1 – Média da geração do valor adicionado por setor nos anos de 2013, 2014 e 2015

SETORES	2013		2014		2015	
	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%
Bens Industriais	14.893.783	9%	17.487.458	9%	22.515.186	8%
Consumo Cíclico	8.914.742	5%	11.637.969	6%	13.815.385	5%
Consumo Não Cíclico	40.248.046	23%	54.333.299	27%	82.092.712	30%
Financeiro e Outros	50.359.412	29%	54.583.570	27%	57.519.812	21%
Materiais Básicos	8.961.113	5%	8.965.057	4%	13.983.105	5%
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	6.249.994	4%	5.130.656	3%	12.670.172	5%
Saúde	4.775.468	3%	5.016.635	2%	6.263.999	2%
Tecnologia da Informação	2.260.835	1%	2.448.568	1%	2.308.922	1%
Telecomunicações	12.249.975	7%	13.017.017	6%	14.265.135	5%
Utilidade Pública	25.592.837	15%	28.326.626	14%	47.182.551	18%
TOTAL	174.506.205		200.946.855		272.616.979	

Fonte: Dados da pesquisa.

Observando os dados da Tabela 1 pode-se notar que a geração total de riqueza cresceu ao longo dos anos analisados, apresentando um aumento de 15% de 2013 para 2014 e de 36% de 2014 para 2015. Com relação aos setores, os únicos que não obtiveram crescimento em todos os anos foram os de Petróleo, Gás e Biocombustíveis, que apresentou uma queda de 18% de 2014 para 2015, e o de Tecnologia da Informação, que teve um decréscimo de 6% de 2014 para 2015, mas, mesmo assim, ambos também cresceram quando se compara 2013 com 2015.

Percebe-se também que o setor que mais adicionou valor em 2013 e 2014 foi o Financeiro e Outros e em 2015 foi o de Consumo não Cíclico, os quais, quando somados, representam mais de 50% do total de riqueza gerada pelo Novo Mercado.

Tabela 2 – Média de distribuição percentual do valor adicionado por setor nos anos de 2013, 2014 e 2015

SETORES	Pessoal			Impostos, taxas e contribuições			Remuneração de capitais de terceiros			Remuneração de capitais próprios		
	2013	2014	2015	2013	2014	2015	2013	2014	2015	2013	2014	2015
Bens Industriais	29%	34%	34%	30%	25%	21%	19%	21%	35%	22%	19%	9%
Consumo Cíclico	35%	35%	38%	29%	27%	24%	23%	25%	27%	13%	14%	12%
Consumo Não Cíclico	40%	34%	31%	20%	19%	14%	36%	39%	46%	5%	8%	9%
Financeiro e Outros	42%	39%	42%	19%	21%	9%	5%	6%	10%	34%	34%	38%
Materiais Básicos	24%	27%	18%	22%	11%	13%	55%	56%	74%	-2%	7%	-5%
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	30%	41%	18%	41%	54%	23%	42%	61%	46%	-14%	-56%	12%
Saúde	43%	47%	42%	33%	31%	30%	24%	26%	28%	0%	-4%	0%
Tecnologia da Informação	42%	44%	51%	33%	30%	28%	12%	12%	24%	12%	13%	-3%
Telecomunicações	6%	6%	6%	70%	68%	59%	12%	14%	20%	12%	12%	15%
Utilidade Pública	13%	13%	8%	54%	55%	64%	17%	18%	19%	16%	14%	8%
MÉDIA TOTAL	32%	31%	28%	31%	30%	26%	21%	24%	31%	16%	16%	14%

Fonte: Dados da pesquisa.

Analisando a Tabela 2, é possível observar que nos anos de 2013 e 2014 a maior média de distribuição foi para “Pessoal”, 32% e 31%, respectivamente, seguido por “Impostos, taxas e contribuições” com uma diferença de apenas um ponto percentual, ou seja, 31% e 30%. Já no exercício de 2015, o grupo que mais recebeu valores foi o de “Remuneração de capitais de terceiros” com 31%, logo após aparece o grupo de “Pessoal”, 28% e “Impostos, taxas e contribuições”, 26%. O grupo “Remuneração de capitais próprios” foi o que recebeu menor distribuição média de valor em todos os três anos pesquisados.

O setor de Bens Industriais distribuía a maior parte da sua riqueza para o governo (30%), em 2013, para seus empregados (34%), em 2014, e para terceiros (35%), em 2015. Como pode-se observar, houve um aumento na destinação de valores ao longo dos anos para os empregados (5 pontos percentuais de 2013 para 2015) e principalmente para terceiros (16 pontos percentuais nesse mesmo período). Enquanto isso, percebe-se uma queda, de 2013 para 2015, de 9 pontos percentuais para o governo e de 13 pontos percentuais para os acionistas.

Já na área de Consumo Cíclico, a prioridade de remuneração em todos os três anos pesquisados foi para os empregados, em segundo lugar aparece o

governo em 2013 e 2014, e a remuneração de terceiros, em 2015. Os grupos de “Pessoal” e “Remuneração de capitais próprios” não apresentaram grandes variações de 2013 para 2015, enquanto que “Impostos, taxas e contribuições” teve uma queda de 5 pontos percentuais e “Remuneração de capitais de terceiros” teve um crescimento de 4 pontos percentuais nesse mesmo período.

O setor de Consumo não Cíclico distribuiu, em 2013, mais para seus empregados e em seguida para terceiros, cenário esse que se inverteu nos anos de 2014 e 2015. Destaca-se, entre 2013 e 2015, que há uma queda na participação de “Pessoal” e “Impostos, taxas e contribuições” de 9 e 6 pontos percentuais, respectivamente, e um aumento da “Remuneração de capitais de terceiros” e da “Remuneração de capitais próprios” de 10 e 4 pontos percentuais, nessa ordem. Percebem-se em todos os três anos a baixa participação dos capitais próprios.

Por outro lado, o setor Financeiro e Outros priorizou em todos os três anos remunerar seus trabalhadores e, por conseguinte, seus acionistas. Os grupos de “Impostos, taxas e contribuições” e “Remuneração de capitais de terceiros” apresentaram percentuais mais baixos, sendo que no primeiro, houve uma queda de 10 pontos percentuais de 2013 para 2015 e no segundo, houve um crescimento de 5 pontos percentuais (equivalente a 50%) nesse mesmo período.

O setor de Materiais Básicos destina, em todos os três anos, mais que 50% da sua riqueza para remunerar o capital de terceiros, ressaltando que houve um aumento de 19 pontos percentuais de 2013 para 2015 e esse grupo passou a receber, em média, 74% do valor adicionado do setor. Os demais agentes econômicos recebem menos de 30% em todos os períodos e a remuneração dos acionistas é negativa em 2013 e 2015.

O setor de Petróleo, Gás e Biocombustíveis destinou em 2013 mais riquezas para o capital de terceiros, aparecendo logo em seguida o governo. Vale destacar que no ano de 2014, enquanto os demais agentes econômicos apresentaram elevação no seu percentual de participação, a remuneração de capital próprio teve uma queda de 42 pontos percentuais, perfazendo uma participação de -56%. Já em 2015, enquanto os demais *stakeholders* diminuíram seu percentual participativo os acionistas passaram a receber 12% do total da riqueza gerada (crescimento de 68 pontos percentuais).

A distribuição de valor adicionado no setor de Saúde, por sua vez, manteve-se semelhante ao longo dos três anos estudados, sendo o maior percentual de valor

distribuído para os empregados, depois para o governo, terceiros e, por último, para os acionistas que apresentaram percentual zerado em 2013 e 2015 e negativo em 2014 (-4%).

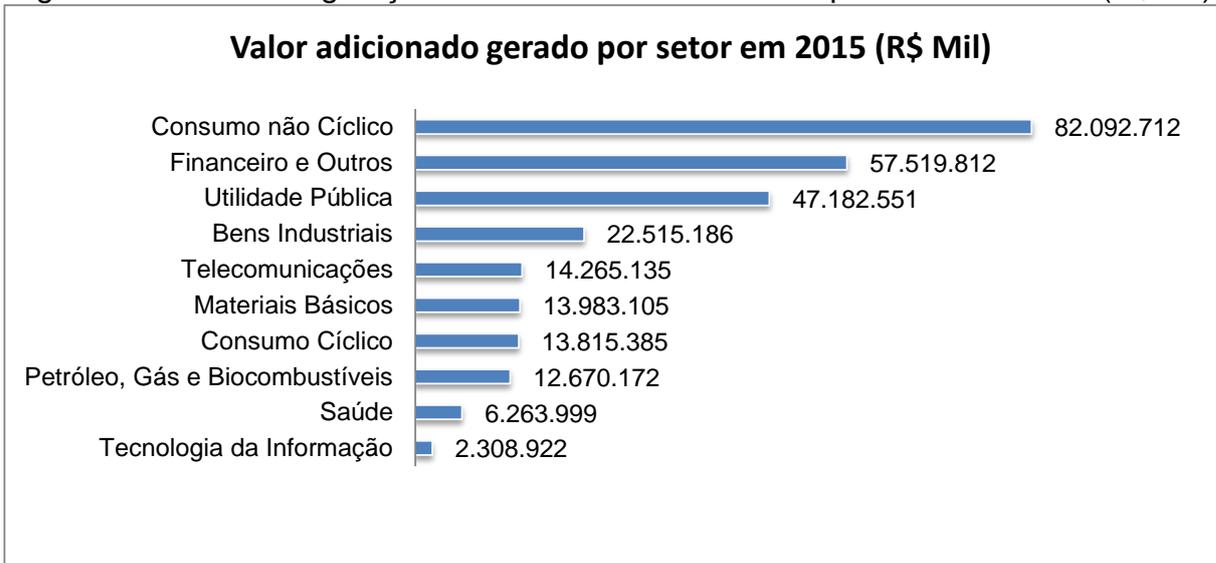
A área de Tecnologia da Informação também destina a maior parte da sua riqueza para os empregados e em seguida, para o governo. Enquanto que, no período de 2013 para 2015, os grupos de “Pessoal” e “Remuneração de capitais de terceiros” apresentaram uma elevação no seu percentual de participação (9 e 12 pontos percentuais, respectivamente), os grupos de “Impostos, taxas e contribuições” e “Remuneração de capitais próprios” apresentaram uma queda (5 e 15 pontos percentuais, respectivamente), fazendo com que este último grupo terminasse 2015 com um percentual de participação negativo (-3%).

Já nos setores de Telecomunicação e de Utilidade Pública mais da metade do valor adicionado é destinado para o governo nos três anos pesquisados. No primeiro setor, esse percentual destinado ao governo continuou elevado apesar de ter ocorrido uma queda de 11 pontos percentuais ao longo do período, já no segundo setor houve um crescimento de 10 pontos percentuais na destinação para esse grupo. Essa elevada média de distribuição para o governo fez com que os demais agentes econômicos recebessem um baixo percentual do valor gerado.

4.3.2 Análise aprofundada do valor adicionado gerado pelos setores em 2015

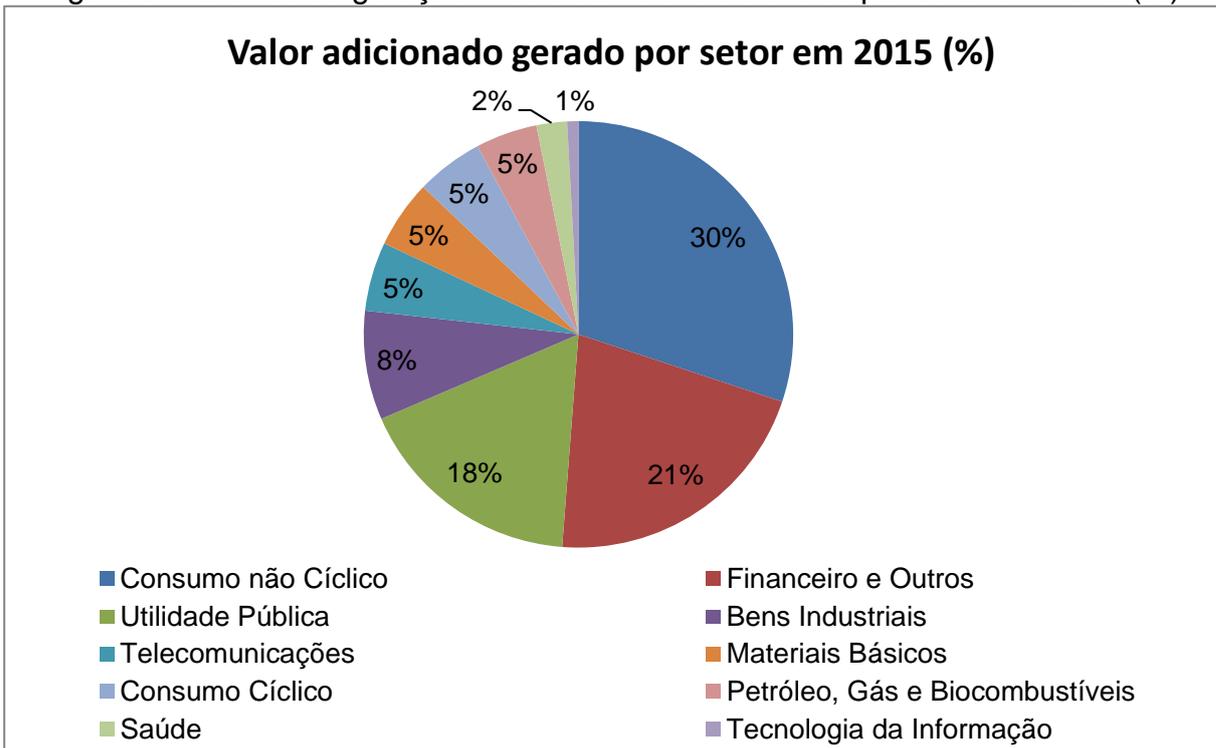
Conforme citado no objetivo deste trabalho, julgou-se interessante fazer uma análise mais aprofundada da criação e da forma de distribuição do valor adicionado gerado pelos setores do Novo Mercado no ano de 2015. Para mostrar isso, as Figuras 2 e 3 a seguir evidenciam o quanto, em média, cada um desses setores gerou de valor adicionado para a economia, em termos monetários e percentuais, durante o ano de 2015, ano este o mais recente deste estudo.

Figura 2 – Gráfico da geração média de valor adicionado por setor em 2015 (R\$ Mil)



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 3 – Gráfico da geração média de valor adicionado por setor em 2015 (%)



Fonte: Dados da pesquisa.

Como pode-se observar nos gráficos, o setor que mais gerou valor adicionado em 2015 foi o de Consumo não Cíclico perfazendo uma média total de R\$ 82,1 bilhões e sendo responsável por 30% do total da riqueza criada pelos setores. Em seguida, aparecem os setores Financeiro e Outros (21%), Utilidade Pública (18%), Bens Industriais (8%), Telecomunicações, Materiais Básicos,

Consumo Cíclico e Petróleo, Gás e Biocombustíveis (todos com 5%), Saúde (2%), e por último Tecnologia da Informação (1%) que agregou R\$ 2.308.922,00 de valor à economia.

4.3.3 Análise aprofundada da distribuição do valor adicionado por setor em 2015

Depois de identificada a quantidade média de valor que cada setor gerou para a economia através das suas atividades, será apresentada na Tabela 3 a seguir a forma como esses setores da economia brasileira distribuíram seu valor adicionado entre os agentes econômicos presentes na DVA.

Tabela 3 – Média de distribuição percentual do valor adicionado por setor no ano de 2015

SETORES	Pessoal	Impostos, taxas e contribuições	Remuneração de capitais de terceiros	Remuneração de capitais próprios
Bens Industriais	33,73%	21,47%	35,37%	9,43%
Consumo Cíclico	37,66%	23,57%	27,06%	11,71%
Consumo Não Cíclico	30,72%	14,41%	46,03%	8,84%
Financeiro e Outros	41,66%	9,42%	9,66%	37,58%
Materiais Básicos	18,24%	12,65%	74,20%	-5,10%
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	18,29%	23,48%	46,29%	11,94%
Saúde	41,53%	30,25%	28,02%	0,20%
Tecnologia da Informação	50,73%	27,72%	24,38%	-2,82%
Telecomunicações	5,96%	59,17%	20,35%	14,52%
Utilidade Pública	8,37%	64,41%	19,13%	8,07%
MÉDIA TOTAL	27,66%	26,21%	31,37%	14,39%

Fonte: Dados da pesquisa.

Na Tabela 3, é possível verificar que o grupo que recebeu a maior média de destinação de valor foi o de “Remuneração de capitais de terceiros” perfazendo uma média total de 31,37%. O setor que mais contribuiu para esse elevado percentual foi o de Materiais Básicos, que destinou 74,20% do seu valor adicionado para terceiros. Isso ocorreu devido ao fato de que 4 das 5 empresas pesquisadas nesse setor destinaram a maior parte do valor gerado para o referido agente.

Em segundo lugar, aparece o grupo de “Pessoal” com uma média de distribuição de 27,66%. O setor que mais destinou valor para esse grupo foi o de

Tecnologia da Informação com 50,73%. Em seguida, com um percentual próximo ao do item anterior, está o grupo de “Impostos, taxas e contribuições” que apresentou uma média de distribuição de 26,21%, nesse caso o setor que mais contribuiu foi o de Utilidade Pública, destinando 64,41% da sua riqueza para o governo.

O grupo “Remuneração de capitais próprios” aparece na quarta colocação com 14,39%, isso ocorreu porque 13 das 45 empresas da amostra apresentaram prejuízos no exercício de 2015. O setor que mais contribuiu para esse baixo percentual foi o de Materiais Básicos com um percentual de -5,10% devido ao fato de que uma das empresas da amostra apresentou um prejuízo de 114% comparado ao total do valor adicionado gerado por ela.

O grupo “Outros” recebeu uma média de 0,36% na distribuição de valor. Isso se deve ao fato de que apenas uma empresa do setor Financeiro e Outros e uma do setor de Utilidade Pública destinaram recursos para esse item. A companhia do setor Financeiro e Outros classificou como “Outros” a “constituição de reserva”, destinando 1,67% do valor gerado para este subgrupo, já a empresa do setor de Utilidade Pública categorizou como “Outros” as “partes beneficiárias” encaminhando para este subgrupo 0,02% da sua riqueza. Devido ao fato do percentual de valor destinado ao grupo “Outros” ser irrelevante, ele não foi apresentado na tabela anterior.

Fazendo uma análise setorial, pode-se observar que o setor Bens Industriais distribuiu a maior parte do seu valor para a remuneração de capitais de terceiros (35,37%), isso ocorreu porque duas das 5 empresas desse setor distribuíram mais do que 50% da sua riqueza para esse grupo. Em seguida, aparece o item “Pessoal” (33,73%) para o qual três empresas destinaram o maior percentual do seu valor.

Situação semelhante ocorre nos setores de Consumo não Cíclico e de Materiais Básicos, onde há maior destinação para remuneração de terceiros, 46,03% e 74,20%, respectivamente. Esses percentuais devem-se ao fato de que todas as 5 empresas do primeiro setor e quatro das 5 companhias do segundo distribuíram a maior parte do seu valor para terceiros, sendo que neste último uma das companhias distribuiu 139% do total da sua riqueza para remunerar este item. A remuneração negativa de capitais próprios no setor de Materiais Básicos (-5,10%) ocorreu, pois, duas empresas da amostra apresentaram prejuízo em 2015, sendo que em uma delas esse prejuízo representou 114% do total do seu valor adicionado.

Já no setor de Consumo Cíclico três das 5 empresas da amostra priorizam remunerar seus empregados, perfazendo um total 37,66%. Em seguida, aparece a remuneração do capital de terceiros com 27,06% devido a uma das empresas ter destinado 81% do seu valor a esse item. Na terceira colocação está o governo, recebendo 23,57% da riqueza do setor, pois uma das companhias da amostra distribuiu 49% da sua riqueza em forma de impostos, taxas e contribuições.

O setor Financeiro e Outros também destina a maior parte do seu valor para o item "Pessoal" (41,66%), com duas das 5 empresas distribuindo mais de 40% para esse grupo, o mesmo ocorre com a remuneração de capitais próprios que aparece na segunda posição com uma média de 37,58%. Os demais agentes desse setor receberam menos de 10% na distribuição de valor.

O setor de Petróleo, Gás e Biocombustíveis, por sua vez, destinou 46,29% da riqueza para remunerar o capital de terceiros. Três das 5 empresas da amostra priorizaram o referido item, sendo que uma delas destinou um percentual equivalente a 2.647% do total do seu valor gerado para terceiros e apresentou um prejuízo equivalente a 2.612% do seu valor total, o que resultou em uma queda no percentual de destinação para a remuneração dos capitais próprios (11,94%). Com relação às duas empresas restantes nesse grupo, uma delas priorizou remunerar o governo e a outra, os seus empregados.

Já os setores da Saúde e da Tecnologia da Informação dão preferência para remunerar os capitais próprios, distribuindo para este item respectivamente 41,53% e 50,73% do valor gerado. Em seguida, aparecem os grupos de "Impostos, taxas e contribuições", "Remuneração de capitais terceiros" e, por último, "Remuneração de capitais próprios" com, respectivamente, 0,20% e -2,82% do total do valor adicionado. Vale destacar que o baixo percentual para remuneração de capitais próprios ocorreu porque, tanto no setor da Saúde quanto da Tecnologia da Informação, uma das companhias apresentou um prejuízo equivalente a, respectivamente, 122% e a 668% do total do valor gerado por tais empresas e as demais companhias destinaram poucos recursos para esse grupo.

Os setores de Telecomunicações e Utilidade Pública destinam a maior parte das suas riquezas ao grupo de "Impostos, taxas e contribuições", a saber, 59,17% e 64,41%, respectivamente. Em segundo lugar está a remuneração de capitais de terceiros com 20,35% e 13,19% do valor adicionado, nessa ordem. Os demais agentes receberam menos de 15% do total de valor gerado. Isso ocorreu porque a

única empresa do setor de Telecomunicações e quatro das 5 empresas do setor de Utilidade Pública priorizaram remunerar o governo, a outra empresa desse último setor deu prioridade para a remuneração dos terceiros.

Dessa forma, pode-se observar que, do total de valor adicionado gerado, os setores que mais distribuíram para cada um dos agentes econômicos foram:

- a) Pessoal: Consumo Cíclico (37,66%), Financeiro e Outros (41,66%), Saúde (41,53%) e Tecnologia da Informação (50,73%);
- b) Impostos, taxas e contribuições: Telecomunicações (59,17%) e Utilidade Pública (64,41%);
- c) Remuneração de capitais de terceiros: Bens Industriais (35,37%), Consumo não Cíclico (46,03%), Materiais Básicos (74,20%) e Petróleo, Gás e Biocombustíveis (46,29%);
- d) Remuneração de capitais próprios e Outros: nenhum setor apresentou a maior destinação para algum desses itens;

Assim, percebe-se que cada setor prioriza determinado agente econômico na distribuição do valor adicionado, conforme suas atividades e necessidades. Ao longo do período pesquisado, observou-se também que alguns desses setores modificaram sua forma de distribuição entre os *stakeholders*. Logo, percebe-se a importância de a sociedade conhecer o modo como ocorre essa distribuição da riqueza para que os interessados nas empresas e setores estejam munidos de informações fidedignas para fazerem seus investimentos e tomarem suas decisões com mais segurança e assertividade.

5 CONCLUSÃO

Diante de um cenário econômico instável e mutável, os usuários estão em busca de informações úteis e confiáveis que lhes tragam segurança para sua tomada de decisões. Essas informações são geradas pela contabilidade e podem ser encontradas nos relatórios e nas demonstrações contábeis.

Entre as demonstrações contábeis obrigatórias destaca-se a DVA, cuja elaboração e publicação tornou-se obrigatória para as empresas de capital aberto a partir da Lei 11.638/07. A DVA é importante tanto do ponto de vista econômico quanto do ponto de vista social, pois ela evidencia a quantidade de riqueza gerada pela empresa por meio das suas atividades e a forma como essa riqueza foi distribuída entre os agentes econômicos, a saber, empregados, governo, financiadores e acionistas.

Dessa forma, o objetivo deste estudo foi analisar como se comporta a evolução da distribuição do valor adicionado aos quatro agentes econômicos destinatários das riquezas, nos diferentes setores da economia nos anos de 2013, 2014 e, principalmente, 2015, utilizando para isso os dados extraídos das Demonstrações do Valor Adicionado das empresas listadas no segmento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA.

Nesse sentido, numa análise consolidada, identificou-se que a criação de valor adicionado aumentou ao longo dos três anos estudados, negando a hipótese proposta de que o total do valor adicionado gerado pelos setores teria reduzido devido à crise que se instalou na economia brasileira. Numa análise setorial, observou-se o mesmo crescimento, com exceção dos setores de Petróleo, Gás e Biocombustíveis que teve uma queda de 18% de 2013 para 2014 e de Tecnologia da Informação que teve um decréscimo de 6% no período de 2014 para 2015. Pesquisas futuras podem ser desenvolvidas buscando respostas para as razões de tais quedas.

Ainda a respeito da criação de valor adicionado, o setor que mais gerou riqueza nos anos de 2013 e 2014 foi o setor Financeiro e Outros, representando 29% e 27% do total, respectivamente. Já no ano de 2015, o que mais gerou foi o setor de Consumo não Cíclico, perfazendo 30% do total de valor adicionado. Ressalta-se que, apesar de não ser o mesmo setor que mais gera valor ao longo do período, nos três anos analisados esses dois setores citados são responsáveis por

mais de 50% do total de valor criado pelo Novo Mercado, o que sugere uma grande importância deles para a economia do país.

Com relação à distribuição do valor adicionado verificou-se, numa análise consolidada, que nos anos de 2013 e 2014, o item que recebeu maior percentual de riqueza foi o de “Pessoal” (32% e 31%, respectivamente), na sequência aparecem “Impostos, taxas e contribuições”, “Remuneração de capitais de terceiros” e “Remuneração de capitais próprios”. Já em 2015, esse cenário se alterou e o item que mais recebeu valor foi o de “Remuneração de capitais de terceiros” (31%) e em seguida “Pessoal”, “Impostos, taxas e contribuições” e “Remuneração de capitais próprios”. Dessa forma, pôde-se observar uma mudança de prioridade de 2014 para 2015, sugerindo que, em função da crise, as empresas tenham passado a contrair mais empréstimos junto a terceiros destinando mais valor para esse grupo.

No que diz respeito aos setores, não se observou um padrão na distribuição de valor pelos mesmos no período analisado. No entanto, é possível observar que alguns priorizaram remunerar determinado agente nos três anos pesquisados. Por exemplo, os setores que mais destinaram valor para seus empregados foram os de Saúde e da Tecnologia da Informação. Isso pode ter ocorrido devido ao fato de a mão de obra utilizada por essas áreas ser mais especializada, requerendo uma maior remuneração.

Já os setores que mais repassaram valor para o governo foram os de Telecomunicações e de Utilidade Pública. No primeiro caso, a única representante da amostra é a empresa Tim. A partir de informações obtidas junto às demonstrações financeiras da empresa observou-se que isso ocorreu em função do elevado percentual destinado aos impostos estaduais (62%) e, em menor escala, aos federais (38%). No setor de Utilidade Pública observou-se comportamento semelhante, porém, numa análise consolidada das cinco empresas da amostra, houve maior destinação para impostos federais (52%) e, em menor grau, para estaduais (48%). O material pesquisado não demonstrou evidências das razões de tais comportamentos, ficando aqui outra oportunidade para possíveis trabalhos.

O setor que mais remunerou o capital de terceiros foi o de Materiais Básicos. Isto pode estar ligado à crise econômica que, possivelmente, fez com que o consumo desses materiais caísse no país, levando as companhias a buscarem mais capitais de terceiros para sanar essas deficiências. Analisando o grau de endividamento das cinco empresas da amostra pôde-se observar que ele aumentou

ao longo do período, ficando acima de 50% na maior parte das empresas em todos os três anos e chegando a mais de 90% no ano de 2015 em duas das companhias.

Nenhum dos setores estudados priorizou remunerar os capitais próprios, porém, destaca-se que o que mais destinou valor para esse item foi o Financeiro e Outros. Isso confirma a hipótese de que esse setor distribuiu mais valor a empregados e acionistas e menos a terceiros. Isso pode ser em função de que nele estão incluídas as Instituições Financeiras Bancárias, no caso da amostra o Banco do Brasil, as quais viram seu resultado aumentar nos últimos anos, além de não apresentarem na Distribuição do Valor Adicionado o item “Juros”.

Percebeu-se ainda que metade dos setores apresentaram uma queda na destinação de recursos para os capitais próprios entre 2013 e 2015, o que pode ter ocorrido, pois muitas empresas apresentaram prejuízos nesse período. O pior desempenho nesse quesito foi da área de Petróleo, Gás e Biocombustíveis que alcançou -56% em 2014 devido ao grande prejuízo apresentado pelas empresas Osx Brasil, envolvida em vários escândalos com seu fundador Eike Batista, e Lupatech, ambas em recuperação judicial.

Também se observou que a maioria dos setores diminuiu a destinação de valores para o governo e aumentou para remuneração do capital de terceiros no período, exceto Utilidade Pública que aumentou progressivamente a distribuição ao governo. Isso pode ter acontecido porque várias empresas diminuíram seu lucro ou apresentaram prejuízos nos anos estudados, fazendo com que elas pagassem menos impostos, ao mesmo tempo em que, possivelmente, tiveram que recorrer a empréstimos de terceiros para sanar seus déficits.

Analisando a distribuição do valor adicionado no ano de 2015, pôde-se perceber que dos dez setores estudados, quatro destinaram mais valor para seus empregados, dois para o governo e outros quatro para financiadores externos. Isso nega a hipótese proposta de que os setores poderiam ter destinado a maior parte da sua riqueza para remunerar os capitais de terceiros e também vai contra o censo comum de que o governo sempre fica com a maior fatia da riqueza gerada pelas empresas.

Por fim, sugere-se também para trabalhos futuros fazer um estudo mais aprofundado para entender o motivo que levou cada setor a destinar mais valor para determinado agente econômico. Isso ajudaria a compreender melhor o

funcionamento da economia brasileira e auxiliaria os *stakeholders* a decidirem onde é mais vantajoso investirem seus recursos.

REFERÊNCIAS

- ADVFN Brasil. **Setores de empresas Bovespa**. Disponível em: <<http://br.advfn.com/mundo/brasil/setores/>>. Acesso em: 08 mar. 2017.
- APPOLINÁRIO, Fabio. **Dicionário de Metodologia Científica**: um guia para a produção do conhecimento científico. 2. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2011. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522466153/cfi/0!/4/2@100:0.00>>. Acesso em: 10 nov. 2016.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES. **O setor de Telecomunicações no Brasil**: uma visão estruturada. 2017. Elaborado em parceria com o Teleco. Disponível em: <<http://www.telebrasil.org.br/panorama-do-setor/o-setor-de-telecomunicacoes>>. Acesso em: 08 mar. 2017.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **O papel dos intermediários financeiros**. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/htms/novaPaginaSPB/PapelDosIntermediariosFinanceiros.a.sp>>. Acesso em: 08 mar. 2017.
- BEUREN, Ilse Maria (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**: teoria e prática. 3. ed., atual. São Paulo: Atlas, 2006. 195 p. ISBN 9788522443918.
- BM&FBOVESPA. **A Nova Bolsa**. 2016. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br>>. Acesso em: 01 mar. 2017.
- BOSCOV, Camila; BISPO, Jorge de Souza. A comparação da distribuição de riqueza gerada entre os setores de serviço, comércio e indústria. **Contexto**, v. 10, n. 17, p.59-70, 2010.
- BRASIL. **Lei nº 11.638**, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm>. Acesso em: 06 out. 2016.
- CARDOSO, Thuine Lopes; FERREIRA, Luiz Felipe; MALAGOTTI, Luciana; LOHN, Joana. Distribuição de Riqueza aos Agentes Econômicos: Um Olhar sobre a DVA. In: CONGRESSO USP INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, 12, 2015, São Paulo. **Anais eletrônicos....** São Paulo: Fipecafi, 2015. p. 1-13. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/web/artigos152015/234.pdf>>. Acesso em: 09 ago. 2016.

CARMO, Carlos Roberto Souza; LIMA, Igor Gabriel; FERREIRA, Mônica Aparecida; OLIVEIRA, Renata. Demonstração do Valor Adicionado: Evidenciação de informações adicionais nas empresas brasileiras de capital aberto do setor sucroalcooleiro. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da Uerj**, v. 16, n. 2, p.13-29, 2011.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002. 242 p. ISBN 858791815-X.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Parecer de Orientação CVM nº 24**, de 15 de janeiro de 1992. Procedimentos a serem observados pelas companhias abertas e respectivos auditores independentes aplicáveis às demonstrações contábeis relativas aos exercícios sociais encerrados a partir de dezembro de 1991. 1992. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/legislacao/pare/pare024.html>>. Acesso em: 19 set. 2016.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC nº 1.003**, de 19 de agosto de 2004. Aprova a NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental. Brasília, 2004. Disponível em: <http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2004/001003&arquivo=Res_1003.doc>. Acesso em: 26 set. 2016.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC nº 1.138**, de 21 de novembro de 2008. Aprova a NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2008/001138&arquivo=Res_1138.doc>. Acesso em: 19 set. 2016.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC nº 1.374**, de 8 de dezembro de 2011. Dá nova redação à NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro. Disponível em: <http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2011/001374&arquivo=Res_1374.doc>. Acesso em: 19 set. 2016.

COSENZA, José Paulo. A eficácia informativa da demonstração do valor adicionado. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 14, p. 07-29, 2003. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1519-70772003000400001>.

DA LUZ, Érico Eleutério. **Contabilidade comercial**. Curitiba: InterSaberes, 2015. (Série Gestão Financeira). Disponível em: <<https://ucs.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788544301777/pages/-2>>. Acesso em: 04 out. 2016.

DALLABONA, Lara Fabiana; KROETZ, Marilei; MASCARELLO, Gislaine. Relação entre os indicadores de desempenho e o valor adicionado distribuído aos agentes colaboradores de empresas listadas na BM&FBOVESPA. **Revista Catarinense da Ciência Contábil – CRCSC**, v. 13, n. 39, p.49-63, 2014.

DE LUCA, Márcia Martins Mendes. **Demonstração do valor adicionado: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB.** São Paulo: Atlas, 1998. 104 p. ISBN 85-224-1899-3.

DE MELO, Felipe Luiz. Demonstração do Valor Adicionado (DVA): Um Estudo Sobre a Destinação da Riqueza nas Regiões Brasileiras. In: CONGRESSO USP INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, 13, 2016, São Paulo. **Anais eletrônicos....** São Paulo: Fipecafi, 2016. p. 1-14. Disponível em: <<http://congressosp.fipecafi.org/arquivos/TrabalhosAprovados-2016-pdfs/156.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2016.

DONAGGIO, Angela Rita Franco. **Governança corporativa e novo mercado: proteção ao investidor e falhas no marco regulatório.** São Paulo: Saraiva, 2012. (Coleção direito, desenvolvimento e justiça: série produção científica). Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502172586/cfi/0>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

FOLLMANN, Dione Andreia; PAIVA, Kamille Simas Ebsen de; SOARES, Sandro Vieira. Distribuição do Valor Adicionado nas Empresas do Novo Mercado: Análise Setorial da Destinação da Riqueza em 2008 e 2009. **Reunir: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, v. 1, n. 2, p.101-117, 2011.

FREZATTI, Fábio; AGUIAR, Andson Braga de; GUERREIRO, Reinaldo. Diferenciações entre a contabilidade financeira e a contabilidade gerencial: uma pesquisa empírica a partir de pesquisadores de vários países. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 18, n. 44, p.9-22, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2010. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522478408/cfi/0!4/4@0.00:0.00>>. Acesso em: 31 out. 2016.

GLOBAL REPORTING INICIATIVE. **An introduction to G4: The next generation of sustainability reporting.** 2015. Disponível em: <<https://www.globalreporting.org/resourcelibrary/GRI-An-introduction-to-G4.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2016.

GRECCO, Marta Cristina Pelucio; CRUZ, Daniela Aparecida Jardim; PERES, Maria Graziela; FONSECA, Robson Fernandes; PEREIRA, Thais Rose Alves. DVA - Demonstração do Valor Adicionado - Uma análise do setor que mais contribui para a distribuição de riqueza. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 17, 2010, Porto de Galinhas. **Anais eletrônicos....** Porto de Galinhas: Associação Brasileira de Custos, 2010. p. 1-16. Disponível em: <<https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/634>>. Acesso em: 22 set. 2016.

HERZOG, Ana Luiza. **Natura: Uma questão de estratégia.** 2008. Planeta Sustentável. Disponível em: <http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/desenvolvimento/conteudo_405919.shtml?func=2>. Acesso em: 12 set. 2016.

IBASE. INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS. **Balço social, dez anos: o desafio da transparência.** Rio de Janeiro: IBASE, 2008. ISBN 978-85-89447-17-1. Disponível em: <http://www.ibase.br/userimages/BS_31.pdf>. Acesso em: 22 set. 2016.

INSTITUTO ETHOS. **O Balço Social e a Comunicação da Empresa com a Sociedade.** 6. ed. São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/arquivo/0-A-b65O_Bal_Soc_e_a_Comun_da_Empr_com_a_Soc_5edi.pdf>. Acesso em: 23 set. 2016.

IUDÍCIBUS, Sérgio; MARTINS, Eliseu; KANITZ, Stephen Charles; RAMOS, Alkíndar de Toledo; CASTILHO, Edison; BENATTI, Luiz; WEBER FILHO, Eduardo; DOMINGUES JÚNIOR, Ramon. **Contabilidade introdutória.** 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010. ISBN 9788522458158.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Contabilidade Comercial:** Atualizado conforme Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09. 9. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2010.

KIJEWSKA, Anna; BLUSZCZ, Anna; SOJDA, Adam. Value added statement (Vas) of mining and metallurgical companies in Poland. **Metalurgija**, v. 54, n. 4, p.737-740, 2015.

KLÖPPEL, Fábio; SCHNORRENBARGER, Darci; LUNKES, Rogério João. Análise da geração e distribuição da riqueza originada pelas empresas que compõem o IBOVESPA por meio da DVA. **Revista Catarinense da Ciência Contábil – CRCSC**, v. 12, n. 34, p.23-39, 2013.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica:** teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 27. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. 182 p. ISBN 9788532618047.

MACHADO, Márcio André Veras; MACEDO, Marcelo Alvaro da Silva; MACHADO, Márcia Reis. Análise da Relevância do Conteúdo Informacional da DVA no Mercado Brasileiro de Capitais. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 26, n. 67, p.57-69, 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/1808-057x201512240>.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 7. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2010. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522484867/cfi/0!/4/4@0.00:0.00>>. Acesso em: 31 out. 2016.

MARIANO, Rafael. **Qual a diferença dos setores de consumo cíclico e não cíclico?** 2013. Disponível em: <<http://ricoporacaso.blogspot.com.br/2013/04/qual-diferenca-dos-setores-de-consumo.html>>. Acesso em: 08 mar. 2017.

MARION, José Carlos. **Contabilidade básica.** 10.ed. São Paulo: Atlas, 2009. 269 p. ISBN 9788522455928.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2012-. Disponível em: <<https://ucsvirtual.ucs.br/startservico/MIB/>>. Acesso em: 24 set. 2016.

MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Ariovaldo dos; IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Manual de contabilidade societária**: aplicável a todas as sociedades: de acordo com as normas internacionais e do CPC. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2013-. Disponível em: <<https://ucsvirtual.ucs.br/startservico/MIB/>>. Acesso em: 22 set. 2016.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-970-0359-8/cfi/6/2>>. Acesso em: 31 out. 2016.

NEVES, Silvério das; VICECONTI, Paulo. **Introdução à Economia**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502139138/cfi/4!/4/4@0.00:0.00>>. Acesso em: 03 out. 2016.

NOVINSON, Eric. **Definição dos setores cíclicos de consumo**. Traduzido por Mariana Piastrelli Lauria. Disponível em: <http://www.ehow.com.br/definicao-setores-ciclicos-consumo-info_321195/>. Acesso em: 08 mar. 2017.

O BLOG do Estagiário. 2013. Disponível em: <<http://oblogdoestagiario.blogspot.com.br/2013/>>. Acesso em: 08 mar. 2017.

OLIVEIRA, Ismael Alencar Fiuza de; COELHO, Antônio Carlos Dias. Impacto da Divulgação Obrigatória da DVA: Evidência em Indicadores Financeiros. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, v. 2, n. 3, p.41-55, 2014.

PWC. **Saúde, um setor em transformação**. 2016. Setor de Saúde | 19ª Pesquisa Global com CEOs | Série 10Minutos. Disponível em: <<http://www.pwc.com.br/pt/estudos/preocupacoes-ceos/10minutos/2016/pwc-10min-health-16.html>>. Acesso em: 08 mar. 2017.

QUINTANA, Alexandre Costa; MARTINS, Alex Sandro Rodrigues; JACQUES, Flávia Verônica Silva; MACHADO, Daiane Pias. O balanço social como um instrumento de informação para a sociedade: um estudo na Universidade Federal do Rio Grande. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 10, n. 19, p. 49-70, 2013. ISSN 2175-8069.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade geral fácil**. 9.ed. São Paulo: Saraiva, 2013. Disponível em: <<https://ucsvirtual.ucs.br/startservico/MIB/>>. Acesso em: 19 set. 2016.

RIBEIRO, Osni Moura. **Demonstrações financeiras**: mudanças na lei das sociedades por ações: como era e como ficou. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. x, 212 p. ISBN 9788502092266.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed., rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1999. 334 p. ISBN 8522421110.

SANTOS, Ariovaldo dos; CUNHA, Jacqueline Veneroso Alves da; DE LUCA, Marcia Martins Mendes; RIBEIRO, Maisa de Souza. A economia das empresas nos governos FHC e Lula: uma análise a partir da demonstração do valor adicionado. **Revista Contabilidade e Controladoria**, v. 5, n. 1, 2013.

SANTOS, Ariovaldo dos. **Demonstração do valor adicionado: como elaborar e analisar a DVA**. São Paulo: Atlas, 2003.

SANTOS, José Luiz dos; SCHMIDT, Paulo. **Contabilidade Societária**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2015. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522492633/cfi/0!/4/2@100:0.00>>. Acesso em: 11 out. 2016.

SCARPIN, Jorge Eduardo; DE LUCA, Márcia Martins Mendes; CUNHA, Jacqueline Veneroso Alves da; DALLABONA, Lara Fabiana; CARDOSO, Vanessa Ingrid da Costa. Valor Adicionado e Lucratividade das Empresas Listadas na Revista Exame Maiores e Melhores no Período de 2007-2010. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, v. 2, n. 2, p.4-23, 2014.

SEBRAE. **Tecnologia da Informação: indústria da tecnologia da informação e comunicação**. 2016. Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/bis/industria-da-tecnologia-da-informacao-e-comunicacao,a00c26ad18353410VgnVCM1000003b74010aRCRD>>. Acesso em: 08 mar. 2017.

SILVA, André Luiz Carvalho da; LEAL, Ricardo Pereira Câmara. **Governança corporativa: evidências empíricas no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2007. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522468287/cfi/0!/4/2@100:0.00>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

SILVA, César Augusto Tibúrcio; FREIRE, Fátima de Souza (Org.). **Balanco social: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2001. 173 p. ISBN 8522429189.

SILVA, Edson Cordeiro da. **Governança corporativa nas empresas: guia prático de orientação para acionistas, investidores, conselheiros de administração e fiscal, auditores, executivos, gestores, analistas de mercado e pesquisadores**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522475100/cfi/0!/4/2@100:0.00>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

SLOMSKI, Valmor; MELLO, Gilmar Ribeiro de; TAVARES FILHO, Francisco; MACÊDO, Fabrício de Queiroz. **Governança corporativa e governança na gestão pública**. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522464579/cfi/0!/4/2@100:0.00>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balço Social e o Relatório da Sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2010. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522466436/cfi/4!/4/4@0.00:26.0>>. Acesso em: 26 set. 2016.

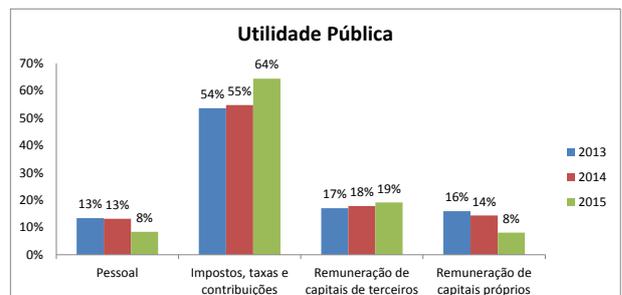
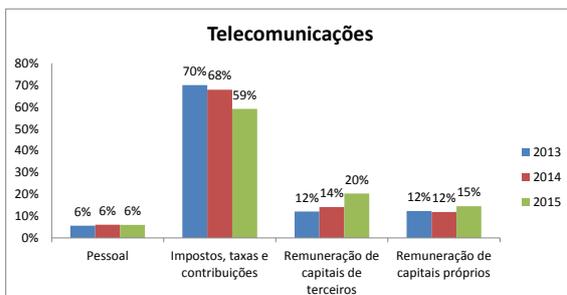
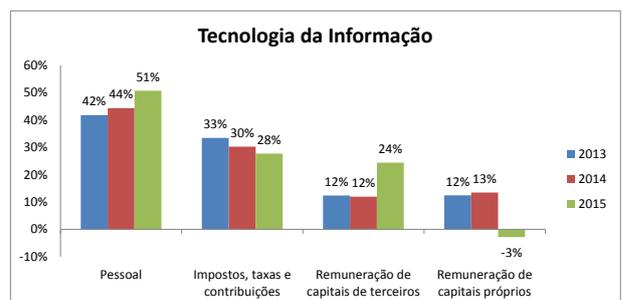
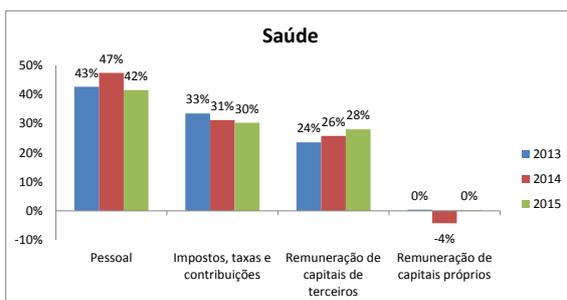
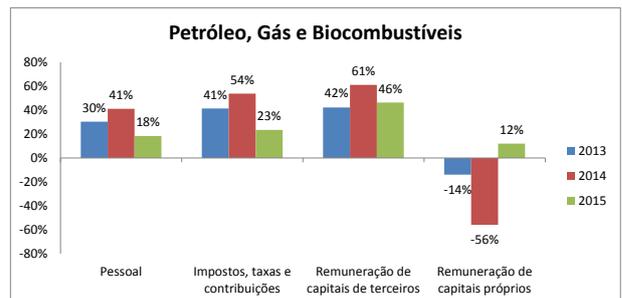
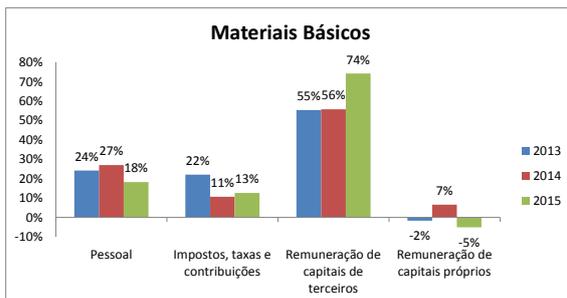
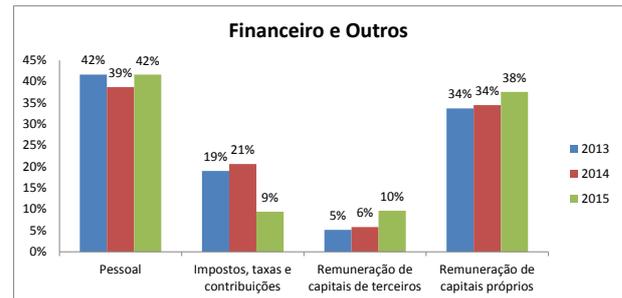
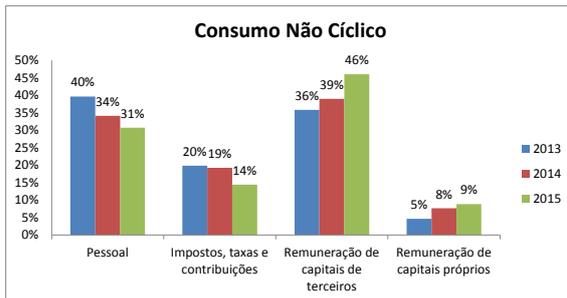
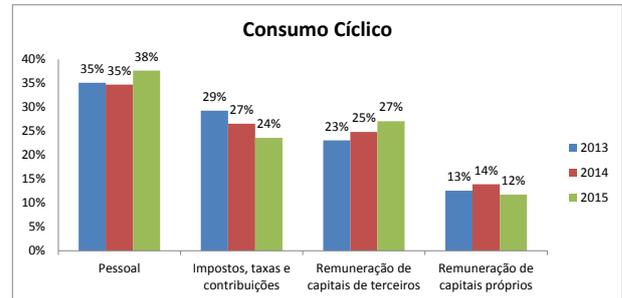
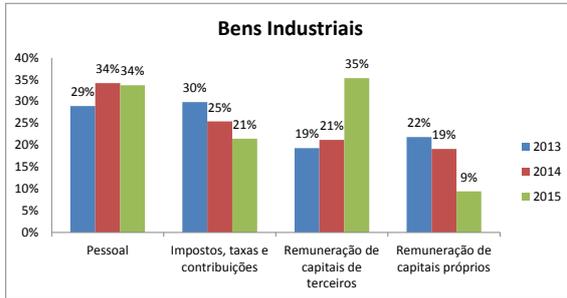
TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balço social**: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações /. São Paulo: Atlas, 2001. 243 p. ISBN 8522429286.

TIPOS de Indústrias. Disponível em: <http://www.suapesquisa.com/economia/tipos_industrias.htm>. Acesso em: 08 mar. 2017.

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE A – Gráficos da distribuição do valor adicionado por setor nos anos de 2013, 2014 e 2015	66
---	----

APÊNDICE A – GRÁFICOS DA DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO POR SETOR NOS ANOS DE 2013, 2014 E 2015



Fonte: Dados da pesquisa.

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A – Modelo II - Demonstração do Valor Adicionado – Instituições Financeiras Bancárias.....	68
ANEXO B – Modelo III - Demonstração do Valor Adicionado – Seguradoras (modelo sugerido pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP)	69
ANEXO C – Comparativo dos segmentos de listagem	71

**ANEXO A – MODELO II - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO –
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS BANCÁRIAS**

DESCRIÇÃO	Em milhares de reais	Em milhares de reais
	20X1	20X0
1 – RECEITAS		
1.1) Intermediação Financeira		
1.2) Prestação de Serviços		
1.3) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão / (Constituição)		
1.4) Outras		
2 - DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		
3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
3.1) Materiais, energia e outros		
3.2) Serviços de terceiros		
3.3) Perda / Recuperação de valores ativos		
3.4) Outras (especificar)		
4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)		
5 - DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		
6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)		
7 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
7.1) Resultado de equivalência patrimonial		
7.2) Outras		
8 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (6+7)		
9 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO (*)		
9.1) Pessoal		
9.1.1 – Remuneração direta		
9.1.2 – Benefícios		
9.1.3 – F.G.T.S		
9.2) Impostos, taxas e contribuições		
9.2.1 – Federais		
9.2.2 – Estaduais		
9.2.3 – Municipais		
9.3) Remuneração de capitais de terceiros		
9.3.1 – Aluguéis		
9.3.2 – Outras		
9.4) Remuneração de Capitais Próprios		
9.4.1 – Juros sobre o Capital Próprio		
9.4.2 – Dividendos		
9.4.3 – Lucros retidos / Prejuízo do exercício		
9.4.4 – Participação dos não-controladores nos lucros retidos (só p/ consolidação)		

* O total do item 9 deve ser exatamente igual ao item 8.

Fonte: CFC (2008).

**ANEXO B – MODELO III - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO –
SEGURADORAS (MODELO SUGERIDO PELA SUPERINTENDÊNCIA DE
SEGUROS PRIVADOS - SUSEP)**

(continua)

DESCRIÇÃO	Em milhares de reais	Em milhares de reais
	20X1	20X0
1 – RECEITAS		
1.1) Receitas com operações de seguros		
1.2) Receitas com operações de previdência complementar		
1.3) Rendas com taxas de gestão e outras taxas		
1.4) Outras		
1.5) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão / (Constituição)		
2 - VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS		
2.1) Operações de seguros		
2.2) Operações de previdência		
3 - RECEITA LÍQUIDA OPERACIONAL (1+2)		
4 - BENEFÍCIOS E SINISTROS		
4.1) Sinistros		
4.2) Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados		
4.3) Despesas com benefícios e resgates		
4.4) Variação da provisão de eventos ocorridos, mas não avisados		
4.5) Outras		
5 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
5.1) Materiais, energia e outros		
5.2) Serviços de terceiros, comissões líquidas		
5.3) Variação das despesas de comercialização diferidas		
5.4) Perda / Recuperação de valores ativos		
6 - VALOR ADICIONADO BRUTO (3-4-5)		
7 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		
8 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (6-7)		
9 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO/CEDIDO EM TRANSFERÊNCIA		
9.1) Receitas financeiras		
9.2) Resultado de equivalência patrimonial		
9.3) Resultado com operações de resseguros cedidos		
9.4) Resultado com operações de cosseguros cedidos		
9.5) Outras		
10 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (8+9)		

(conclusão)

DESCRIÇÃO	Em milhares de reais	Em milhares de reais
	20X1	20X0
11 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO *		
11.1) Pessoal		
11.1.1 – Remuneração direta		
11.1.2 – Benefícios		
11.1.3 – F.G.T.S		
11.2) Impostos, taxas e contribuições		
11.2.1 – Federais		
11.2.2 – Estaduais		
11.2.3 – Municipais		
11.3) Remuneração de capitais de terceiros		
11.3.1 – Juros		
11.3.2 – Aluguéis		
11.3.3 – Outras		
11.4) Remuneração de Capitais Próprios		
11.4.1 – Juros sobre o Capital Próprio		
11.4.2 – Dividendos		
11.4.3 – Lucros retidos / Prejuízo do exercício		
11.4.4 – Participação dos não-controladores nos lucros retidos (só p/ consolidação)		

* O total do item 11 deve ser exatamente igual ao item 10.

Fonte: CFC (2008).

ANEXO C – COMPARATIVO DOS SEGMENTOS DE LISTAGEM

(continua)

	BOVESPA MAIS	BOVESPA MAIS NÍVEL 2	NOVO MERCADO	NÍVEL 2	NÍVEL 1	TRADICIONAL
Características das Ações Emitidas	Permite a existência somente de ações ON	Permite a existência de ações ON e PN	Permite a existência somente de ações ON	Permite a existência de ações ON e PN (com direitos adicionais)	Permite a existência de ações ON e PN (conforme legislação)	Permite a existência de ações ON e PN (conforme legislação)
Percentual Mínimo de Ações em Circulação (free float)	25% de free float até o 7º ano de listagem	25% de free float até o 7º ano de listagem	No mínimo 25% de free float	No mínimo 25% de free float	No mínimo 25% de free float	Não há regra
Distribuições públicas de ações	Não há regra	Não há regra	Esforços de dispersão acionária	Esforços de dispersão acionária	Esforços de dispersão acionária	Não há regra
Vedação a disposições estatutárias	Quórum qualificado e "cláusulas pétreas"	Quórum qualificado e "cláusulas pétreas"	Limitação de voto inferior a 5% do capital, quórum qualificado e "cláusulas pétreas"	Limitação de voto inferior a 5% do capital, quórum qualificado e "cláusulas pétreas"	Não há regra	Não há regra
Composição do Conselho de Administração	Mínimo de 3 membros (conforme legislação), com mandato unificado de até 2 anos	Mínimo de 3 membros (conforme legislação), com mandato unificado de até 2 anos	Mínimo de 5 membros, dos quais pelo menos 20% devem ser independentes com mandato unificado de até 2 anos	Mínimo de 5 membros, dos quais pelo menos 20% devem ser independentes com mandato unificado de até 2 anos	Mínimo de 3 membros (conforme legislação), com mandato unificado de até 2 anos	Mínimo de 3 membros (conforme legislação)
Vedação à acumulação de cargos	Não há regra	Não há regra	Presidente do conselho e diretor presidente ou principal executivo pela mesma pessoa (carência de 3 anos a partir da adesão)	Presidente do conselho e diretor presidente ou principal executivo pela mesma pessoa (carência de 3 anos a partir da adesão)	Presidente do conselho e diretor presidente ou principal executivo pela mesma pessoa (carência de 3 anos a partir da adesão)	Não há regra

(conclusão)

	BOVESPA MAIS	BOVESPA MAIS NÍVEL 2	NOVO MERCADO	NÍVEL 2	NÍVEL 1	TRADICIONAL
Obrigação do Conselho de Administra�o	Não há regra	Não há regra	Manifesta�o sobre qualquer oferta pública de aquisi�o de a�es da companhia	Manifesta�o sobre qualquer oferta pública de aquisi�o de a�es da companhia	Não há regra	Não há regra
Demonstra�es Financeiras	Conforme legisla�o	Conforme legisla�o	Traduzidas para o inglês	Traduzidas para o inglês	Conforme legisla�o	Conforme legisla�o
Reunião pública anual	Facultativa	Facultativa	Obrigatória	Obrigatória	Obrigatória	Facultativa
Calendário de eventos corporativos	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Facultativo
Divulga�o adicional de informa�es	Política de negocia�o de valores mobiliários	Política de negocia�o de valores mobiliários	Política de negocia�o de valores mobiliários e código de conduta	Política de negocia�o de valores mobiliários e código de conduta	Política de negocia�o de valores mobiliários e código de conduta	Não há regra
Concessão de Tag Along	100% para a�es ON	100% para a�es ON e PN	100% para a�es ON	100% para a�es ON e PN	80% para a�es ON (conforme legisla�o)	80% para a�es ON (conforme legisla�o)
Oferta pública de aquisi�o de a�es no mínimo pelo valor econômico	Obrigatoriedade em caso de cancelamento de registro ou saída do segmento, exceto se houver migra�o para Novo Mercado	Obrigatoriedade em caso de cancelamento de registro ou saída do segmento, exceto se houver migra�o para Novo Mercado ou Nível 2	Obrigatoriedade em caso de cancelamento de registro ou saída do segmento	Obrigatoriedade em caso de cancelamento de registro ou saída do segmento	Conforme legisla�o	Conforme legisla�o
Adesão � Câmara de Arbitragem do Mercado	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Facultativo	Facultativo

Fonte: BM&FBOVESPA (2016).